

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

ANDRÉ LUIZ PAPALÉO

**QUALIDADE DE VIDA E CULTURA
SOLIDÁRIA: O CASO DA COOPERATIVA
NOSSA SENHORA APARECIDA**

**CAMPINAS
2010**

ANDRÉ LUIZ PAPALÉO

**QUALIDADE DE VIDA E CULTURA
SOLIDÁRIA: O CASO DA COOPERATIVA
NOSSA SENHORA APARECIDA**

Dissertação de Mestrado
apresentada à Pós-Graduação da
Faculdade de Educação Física da
Universidade Estadual de
Campinas para obtenção do título
de Mestre em Educação Física na
Área de Concentração Atividade
Física, Adaptação e Saúde.

Gustavo Luis Gutierrez
Orientador

CAMPINAS
2010

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA FEF - UNICAMP

P197q	<p>Papaléo, André Luiz. Qualidade de vida e cultura solidária: o caso da Cooperativa Nossa Senhora Aparecida / André Luiz Papaléo. -- Campinas, SP: [s.n], 2010.</p> <p>Orientador: Gustavo Luis Gutierrez. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.</p> <p>1. Qualidade de vida. 2. Trabalho. 3. Cooperativismo. 4. Cultura solidária. I. Gutierrez, Gustavo Luis. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.</p> <p>(dilsa/fef)</p>
-------	---

Título em inglês: Quality of life and solidary culture: the case of Cooperative Nossa Senhora Aparecida.

Palavras-chave em inglês (Keywords): Quality of life; Work; Cooperativism, Solidary culture.

Área de Concentração: Atividade Física, Adaptação e Saúde.

Titulação: Mestre em Educação Física.

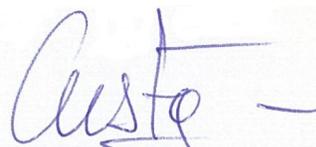
Banca Examinadora: Gustavo Luis Gutierrez, Paulo de Salles Oliveira, Roberto Vilarta.

Data da defesa: 09/11/2010.

ANDRÉ LUIZ PAPALÉO

**QUALIDADE DE VIDA E CULTURA
SOLIDÁRIA: O CASO DA COOPERATIVA
NOSSA SENHORA APARECIDA**

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado defendida por André Luiz Papaléo e aprovada pela Comissão julgadora em 09/11/2010.



Prof. Gustavo Luis Gutierrez
Orientador

CAMPINAS
2010

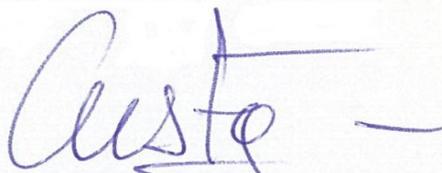
COMISSÃO JULGADORA



Prof. Paulo de Salles Oliveira



Prof. Roberto Vilarta



Prof. Gustavo Luis Gutierrez
Orientador

AGRADECIMENTOS

Direta ou indiretamente, recebi apoio de muitas pessoas nos três agitados anos que se passaram. Sou grato a todos que, de algum modo, contribuíram para a concretização desta pesquisa, desde as primeiras ideias e rascunhos até este momento em que, seguindo caminho independente de seu autor, a dissertação apresenta-se aberta para dialogar com quem possa interessar.

Particularmente, agradeço aos trabalhadores da Cooperativa Nossa Senhora Aparecida – Projeto Reciclar – por me receberem sem qualquer hesitação e por apresentarem-se sempre dispostos a colaborar; ao grupo de pesquisa em qualidade de vida da FEF – UNICAMP pela receptividade e pelos convites à participação em seus projetos; ao professor Roberto Vilarta, pelas dicas na confecção do texto final e pelos importantes conselhos acadêmicos; ao professor Paulo de Salles Oliveira por me mostrar, com exatidão, a necessidade de repensar os rumos da pesquisa diante do que o tema requeria; e, por fim, ao meu orientador, o professor Gustavo Luis Gutierrez, por acreditar no projeto inicial, pela orientação consistente em todo o percurso e pela dose extra de paciência.

PAPALÉO, André Luiz. **Qualidade de vida e cultura solidária: o caso da cooperativa Nossa Senhora Aparecida**. 2010. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2010.

RESUMO

Neste estudo, fez-se uma reflexão teórica a partir dos seguintes temas: configurações do trabalho no mundo contemporâneo, cooperativismo, economia e cultura solidárias e qualidade de vida. O objetivo central foi verificar em que medida as organizações autogestionárias, enquanto alternativa ao modelo de produção hegemônico capitalista, contribuem com ações concretas para a melhoria da qualidade de vida de seus associados. A operacionalização do estudo ocorreu através de associação entre aspectos qualitativos e quantitativos. Como técnicas utilizou-se a pesquisa bibliográfica e o trabalho de campo. A primeira consistiu na busca e seleção de obras e autores que, ao tratar dos temas abordados, permitissem consistência teórica necessária. O trabalho de campo foi realizado na cooperativa Nossa Senhora Aparecida, uma cooperativa popular constituída por trinta cooperados, localizada no município de Campinas/SP e que opera com coleta, triagem e venda de resíduos sólidos recicláveis. Esta etapa consistiu de observações, entrevistas e aplicação do formulário sobre dados pessoais e sócio-demográficos e do WHOQOL-abreviado – instrumento de medida de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde – com a finalidade de elaborar um conhecimento sobre esta realidade através de análises e interpretações. Os resultados mostraram que os princípios cooperativistas, longe de serem tomados como dogmas inquestionáveis, são efetivamente considerados como importantes parâmetros à viabilização da opção solidária compartilhada pelos sujeitos sociais que constroem a cooperativa, o que contribui, de forma eficaz, para a melhoria da qualidade de vida dos associados.

Palavras-chave: Qualidade de vida; trabalho; cooperativismo; cultura solidária.

PAPALÉO, André Luiz. **Quality of life and solidary culture: the case of Cooperative Nossa Senhora Aparecida**. 2010. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2010.

ABSTRACT

In this study, has made a theoretical reflection from the following themes: settings of work in the contemporary world, cooperativism, solidarity economy and culture and quality of life. The central objective was to determine the extent to which organizations self-management, as an alternative to the hegemonic model of capitalist production, contribute with concrete actions to improve the quality of its members. The operationalization of the study was through the association between qualitative and quantitative aspects. The techniques used were the literature search and field work. The first consisted the search and selection of works and authors that deal with the issues addressed, allowing theoretical consistency necessary. The fieldwork was conducted in the cooperative Nossa Senhora Aparecida, a popular cooperative consisting of thirty people, located in Campinas/SP, which operates with collection, sorting and selling recyclable waste. This stage consisted of observations, interviews and application of form on the data and socio-demographic and the WHOQOL-brief - instrument for measuring quality of life of the World Health Organization - with the aim of developing a knowledge of this reality through analysis and interpretations. The results showed that the cooperative principles, far from being taken as unquestionable rules, are effectively considered as important parameters to enable the solidary option shared by social subjects that build the cooperative, which contributes effectively to improving the quality of life of its members.

Key words: Quality of life; work; cooperativism; solidary culture.

LISTA DE FIGURAS

QUADRO 1 – Domínios e facetas do WHOQOL-abreviado	45
GRÁFICO 1 – Distribuição da amostra quanto ao sexo	87
GRÁFICO 2 – Distribuição da amostra quanto à faixa etária	88
GRÁFICO 3 – Distribuição da amostra quanto ao nível de escolaridade	90
GRÁFICO 4 – Distribuição da amostra quanto ao estado civil	91
GRÁFICO 5 – Distribuição da amostra quanto à renda familiar	91
TABELA 1 – Estatística descritiva (questões domínio físico)	96
QUADRO 2 – Distribuição da amostra (questões domínio físico)	96
TABELA 2 – Estatística descritiva (questões domínio psicológico)	98
QUADRO 3 – Distribuição da amostra (questões domínio psicológico)	99
TABELA 3 – Estatística descritiva (questões domínio social)	101
QUADRO 4 – Distribuição da amostra (questões domínio social)	101
TABELA 4 – Estatística descritiva (questões domínio ambiental)	102
QUADRO 5 – Distribuição da amostra (questões domínio ambiental)	103
TABELA 5 – Estatística descritiva (questões gerais)	105
QUADRO 6 – Distribuição da amostra (questões gerais)	105
TABELA 6 – Estatística descritiva dos domínios	106
QUADRO 7 – Distribuição da amostra em relação aos domínios	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCQ	Círculo de Controle de Qualidade
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CQT	Controle de Qualidade Total
CRCA	Centro de Referência em Cooperativismo e Associativismo
DALY	Disability-adjusted Life-years
DORT	Distúrbio Ósteo-muscular Relacionado ao Trabalho
GAD	Grupo de Apoio ao Desempregado
HeaLY	Healthy Life-years
ICV	Índice de Condições de Vida
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHC	Índice de Desenvolvimento Humano Corrigido
IDV	Índice de Deteriorização da Vida
ISO 9000	Modelo de Gestão de Qualidade para Organizações
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
LER	Lesão por Esforço Repetitivo
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NR	Norma Regulamentadora
OCT	Organização Científica do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não-governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OTA	Organização de Trabalho Associado
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPRA	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
QALY	Quality-adjusted Life-years
QV	Qualidade de Vida
QVT	Qualidade de Vida no Trabalho
RECICLAMP	Central de Venda de Reciclados do Município de Campinas/SP
RSI	Repetitive Strain Injury
SF-36	The Medical Outcomes Study General Health Survey – Short Form
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
WHOQOL Group	World Health Organization Quality of Life Group

SUMÁRIO

PRIMEIRAS PALAVRAS	19
CAPÍTULO 1 – QUALIDADE DE VIDA: CONCEITO, PRÁTICAS E LIMITAÇÕES	27
1.1 – A construção da identidade em qualidade de vida	29
1.2 – Definições de qualidade de vida	30
1.3 – Estilo, modo e condições de vida: a complexidade do conceito de qualidade de vida a partir da relação entre aspectos objetivos e subjetivos	34
1.4 – Indicadores de qualidade de vida: limites e possibilidades	38
CAPÍTULO 2 – QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	47
2.1 – Considerações sobre Segurança, Medicina do Trabalho	53
2.2 – O assédio moral	58
CAPÍTULO 3 – CAPITAL, TRABALHO E FORMAS SOLIDÁRIAS DE ORGANIZAÇÃO	61
3.1 – Reestruturação produtiva e precarização do trabalho no Brasil	65
3.2 – Breve histórico do cooperativismo	69
3.3 – Economia e cultura solidárias	74
CAPÍTULO 4 – ESTUDO DE CASO: A COOPERATIVA NOSSA SENHORA APARECIDA	81
4.1 – Análise e discussão dos resultados obtidos	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICE	121
Apêndice 1 – Questionário de entrevistas	121
Apêndice 2 – Formulário sobre dados pessoais e sócio-demográficos	122
Apêndice 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	123
ANEXO	125
Anexo 1 – Carta de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa	125
Anexo 2 – Instrumento de qualidade de vida WHOQOL-abreviado	127

PRIMEIRAS PALAVRAS

O cenário atual no mundo do trabalho mostra que, por um lado, o mesmo segue mantendo-se como um imprescindível elemento de organização da vida humana e, por outro, há uma intensificação dos níveis de sua degradação com um enorme contingente de ex-trabalhadores contribuindo para o quadro de desemprego estrutural.

Para uma empresa ser competitiva, ela necessita ter uma flexibilidade que lhe permita alta produtividade a custos reduzidos, principalmente através da nova conformação dos modos de produção denominada reestruturação produtiva, a partir da crise estrutural do capitalismo ocorrida no final da década de 1960.

São várias as formas de precarização do trabalho presentes na sociedade contemporânea. No interior das empresas encontram-se diferentes mecanismos de exploração, tais como a intensificação do ritmo de trabalho com a máxima eliminação do tempo improdutivo; formas de assédio; estresse psíquico; até casos extremos de morte por sobrecarga de trabalho e por suicídio diante de situações de intensa pressão.

Outros exemplos de precarização são as contratações temporárias; as relações de trabalho disfarçadas, como o trabalho-estágio; a terceirização; a pejetização, ou seja, profissionais (pessoa física) constituindo empresa (pessoa jurídica) para prestar serviços à antiga empregadora, agora desprovidos de vínculos com a mesma; a informalidade; sem esquecer das formas de trabalho semi-escravo e infantil que ainda se fazem presentes. A maioria destes exemplos relacionam-se diretamente com a flexibilização das leis trabalhistas que, ao retirar direitos conquistados em outros momentos, impõe à classe trabalhadora uma dura situação de sobrevivência.

As consequências deste quadro não são nada favoráveis para a sociedade, principalmente para países do terceiro mundo em que verificam-se os

maiores índices de pessoas que sobrevivem abaixo da linha da pobreza. Milhões de pessoas enfrentam diariamente situações desumanas de vida em que elementos como solidariedade e cooperação cedem espaço para outros como isolamento e individualismo. Aqui evidencia-se a relevância dos estudos sobre a qualidade de vida (QV) dos indivíduos e das populações, tema hoje bastante recorrente e com forte viés político.

Sendo o trabalho um elemento central de organização da vida humana e que, ao mesmo tempo, traz consigo especificidades que o distinguem de outras esferas da vida social como lazer, família e religião, nele encontra-se um ambiente profícuo ao estudo de QV. Pode-se observar constantemente presentes no trabalho diversas manifestações de aspecto físico, psicológico e relacional, e também temas como autonomia, participação, hostilidade e violência.

Neste estudo dirigiu-se o olhar à QV de trabalhadores de uma cooperativa popular, tipo de Organização de Trabalho Associado (OTA) cujas características, tais como propriedade coletiva dos bens, gestão institucional democrática, entre outras, as tornam portadoras de um enorme potencial de desalienação e emancipação.

A partir do cooperativismo e do movimento social da Economia Solidária, há trabalhos acadêmicos com vários enfoques – autogestão, experiências de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), políticas públicas, educação, relações de gênero entre outros. Neste caminho, estudos que acenam para a relação entre a QV dos trabalhadores e organizações autogestionárias apresentam necessárias e importantes contribuições para a reflexão sobre modelos alternativos de empreendimentos econômicos e sociais num momento histórico em que o modelo hegemônico capitalista traz elevados níveis de degradação ao trabalhador e às relações sociais.

A hipótese que norteou o estudo foi a de que as OTAs, para além dos problemas que enfrentam por estarem inseridas num contexto de forte competição e exploração, trazem consigo o relevante diferencial de construir relações mais justas e igualitárias devido à busca por melhores condições de

trabalho e vida para seus associados, conforme suas características peculiares baseadas em princípios cooperativos e solidários quando comparados ao que se verifica nas empresas tradicionais. Acredita-se, portanto, que isto possa contribuir tanto para a melhoria da QV dos trabalhadores, a partir do resgate de sua dignidade e auto-estima, quanto para o resgate e fortalecimento de formas solidárias de sociabilidade.

A partir desta hipótese, os objetivos da pesquisa foram distribuídos em geral e específicos, conforme segue:

Objetivo geral:

Verificar em que medida as OTAs, enquanto alternativas de trabalho e renda diante do modelo econômico hegemônico pautado no modo de produção capitalista, contribuem para a melhoria da QV de seus associados e para o resgate e fortalecimento da cultura solidária.

Objetivos específicos:

- Identificar, a partir da aplicação de um instrumento de medida de QV, quais os principais aspectos que influenciam os trabalhadores conforme os domínios e facetas deste instrumento, a fim de estabelecer um perfil de qualidade de vida do grupo;
- Analisar, através de formulário, as características pessoais e sócio-demográficas (como idade, escolaridade, renda mensal familiar).
- Obter, através de observação e entrevistas, resultados mais específicos no que diz respeito aos aspectos diretamente relacionados à esfera do trabalho e que interferem na busca por uma melhor QV.
- Analisar fragmentos de cultura solidária observados no grupo.

Neste estudo adotou-se um referencial crítico com relação à interpretação das relações sociais e econômicas, com destaque para os conflitos de interesse que ocorrem nas relações de trabalho.

O estudo é de caráter qualitativo. Realizou-se interpretações, a partir de observações e entrevistas, em busca de determinadas respostas às ações e relações vivenciadas pelos sujeitos pesquisados dentro de seu contexto histórico-social, interpretações estas que, de acordo com Minayo (1993), não podem ser reduzidas à operacionalização estatística de variáveis. Contudo, aplicou-se também dois instrumentos de análise quantitativa, o WHOQOL-abreviado – instrumento de medição de qualidade de vida elaborado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) – e o formulário sobre dados pessoais e sócio-demográficos. O primeiro com a finalidade de avaliar o perfil de QV do grupo de trabalhadores da cooperativa, e o segundo visando ampliar o conhecimento sobre o modo e as condições de vida de cada indivíduo.

As técnicas utilizadas para operacionalizar o trabalho foram a pesquisa bibliográfica e o trabalho de campo.

Conforme Neto (1993, p.53), “a pesquisa bibliográfica coloca frente a frente os desejos do pesquisador e os autores envolvidos em seu horizonte de interesse”. Portanto, visando uma consistência teórica capaz de embasar a pesquisa, tanto do ponto de vista conceitual quanto terminológico, fez-se um levantamento bibliográfico seguido de análise e seleção de obras e autores que tratam de assuntos relacionados ao tema abordado: QV, qualidade de vida no trabalho (QVT), configurações do trabalho no mundo contemporâneo, cooperativismo, autogestão, economia e cultura solidárias.

O trabalho de campo foi realizado na Cooperativa Nossa Senhora Aparecida, que possui um número oscilante em torno de 30 associados¹ de ambos os sexos compreendidos na faixa etária entre 22 e 52 anos, está situada no município de Campinas/SP e opera com coleta, triagem e venda de resíduos sólidos recicláveis. Com isso, buscou-se a aproximação com o objeto da pesquisa

¹ Em 2010 este número aumentou para 41.

para estudá-lo e, a partir daí, elaborar um conhecimento a respeito de sua realidade (NETO, op. cit.).

Esta etapa constituiu da aplicação do formulário sobre dados pessoais e sócio-demográficos; do WHOQOL-abreviado; de observações e da realização de entrevistas, as quais foram gravadas mediante autorização prévia e posteriormente transcritas e analisadas. A coleta dos dados ocorreu entre os dias 25 de abril e 24 de junho de 2009.

Todos os instrumentos da pesquisa de campo foram aplicados nas dependências da própria cooperativa em horários estabelecidos em comum acordo entre o pesquisador e os participantes, de modo a não interferir em suas atividades laborais. No período imediatamente anterior à aplicação destes instrumentos o pesquisador apresentou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Vinte e seis sujeitos responderam o formulário e o WHOQOL, tendo sido selecionados através de amostragem não probabilística a partir da aceitação espontânea de participação mediante assinatura do TCLE, visando à divulgação dos dados coletados.

Quatro indivíduos foram entrevistados. Os critérios para a seleção destes foram o tempo de trabalho e área de atuação. Optou-se por indivíduos com maior tempo na cooperativa devido ao maior conhecimento e experiência nos assuntos que dizem respeito à mesma. Quanto à área de atuação, foram selecionados dois indivíduos da produção e dois indivíduos da administração por acreditar-se haver dados relevantes à pesquisa diante deste tipo de divisão.

A análise estatística das variáveis provenientes do WHOQOL-abreviado deu-se através da utilização do software *Statistical Package for the Social Science*, que ordena os dados pela mediana dividindo-os em quartis. Os resultados obtidos com este aplicativo foram analisados para posterior apresentação através da representação gráfica do tipo “Box-plot” pela facilidade oferecida à visualização da variabilidade dos dados.

Para a utilização deste instrumento procurou-se seguir as recomendações de seus criadores, o Grupo de Qualidade de Vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL Group), com base na versão brasileira desenvolvida no Departamento de Psiquiatria e Medicina Legal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a coordenação do doutor Marcelo Pio de Almeida Fleck (FLECK et al., 2000).

Os dados obtidos com o formulário e com o WHOQOL-abreviado foram confidenciais com a finalidade de preservar a integridade dos participantes. O mesmo ocorreu com as entrevistas, em que nomes fictícios foram criados para citação dos trechos selecionados.

Das técnicas de pesquisa bibliográfica e trabalho de campo, anteriormente descritas, resultaram quatro capítulos conforme se segue:

O capítulo 1 aborda o conceito de QV. Procurou-se apresentar os avanços e as limitações das definições e dos instrumentos a ele relacionados para, desta forma, garantir uma reflexão consistente acerca deste objeto em processo de construção, cuja amplitude e complexidade pressupõem um constante diálogo entre diferentes áreas do conhecimento a fim de se evitar a ocorrência de fragmentações e reducionismos, sejam eles ingênuos ou intencionais. Assim, aspectos objetivos e subjetivos de nossa existência foram constantemente contemplados, ora em suas particularidades, ora em suas inter-relações.

O capítulo 2 discute o conceito de QVT, também em processo de construção, mas que, diferentemente do conceito de QV, lida de forma específica com a relação entre ser humano e trabalho e prioriza sua análise à observação do ambiente laboral. A idéia central deste conceito, cada vez mais difundido e utilizado pelo empresariado, é a da ampliação da produtividade à medida que se procura garantir condições adequadas de trabalho.

O capítulo 3 traz a discussão sobre as novas conformações do trabalho e do desemprego a partir da crise do trabalho nas últimas décadas do século XX, bem como a discussão sobre as formas solidárias de organização

econômica e social que, diante deste contexto de crise, readquiriram força e visibilidade nas sociedades contemporâneas, caracterizando-se como portadoras de um potencial de desalienação e emancipação humanas.

Um modelo de OTA é analisado no capítulo 4 a partir de informações sobre a cooperativa selecionada para estudo de caso. Neste capítulo fez-se a apresentação e discussão dos resultados obtidos através dos diferentes instrumentos utilizados durante o trabalho de campo. As análises associaram trechos selecionados das entrevistas com as informações obtidas através do formulário sobre dados pessoais e sócio-demográficos, bem como interpretação dos resultados oriundos do WHOQOL-abreviado.

CAPÍTULO 1 – QUALIDADE DE VIDA: CONCEITO, PRÁTICAS E LIMITAÇÕES

O termo QV abrange vários significados e possibilidades de interpretação dentro do pensamento e da ação humana. Assim como ele habita o imaginário das pessoas e exerce influência em suas práticas cotidianas, também se configura como objeto de estudo de determinadas áreas do conhecimento como filosofia, sociologia, antropologia, economia, política, ecologia, áreas da saúde e também da comunicação, como publicidade e propaganda e *marketing*.

Se, por um lado, cabe à sociedade contemporânea a criação deste termo e delimitação de suas fronteiras conceituais, por outro, o que se busca definir através dele não é algo novo para a humanidade, mas sim algo presente desde nossa primeira relação com a natureza, momento em que a transformamos através do trabalho com a finalidade pré-determinada de melhorar nossa vida.

Pode-se dizer que QV é uma representação social por aglutinar valores não materiais, tais como realização pessoal, liberdade, felicidade, contudo é mais do que isso, pois também lida com parâmetros materiais universais que dizem respeito às necessidades elementares do ser humano, não apenas relacionados ao indivíduo, mas às coletividades humanas (MINAYO et al., 2000).

Com a finalidade de se evitar reducionismos e, ao mesmo tempo, avançar para uma reflexão consistente que considere tanto parâmetros objetivos quanto subjetivos de nossa existência, a utilização da expressão QV em uma pesquisa acadêmica requer uma série de cuidados quanto à consideração das particularidades bem como à complexidade de suas inter-relações. Diferentemente de seu uso inapropriado por setores da comunicação, seja no preparo de discursos em períodos de eleição, seja na elaboração de propagandas à comercialização de bens ou serviços muitas vezes vinculados a estilos de vida.

Oferece-se, assim, desde alimentos orgânicos a políticos indigestos, passando por produtos esportivos e de lazer, planos de saúde, automóveis, produtos e serviços de beleza, mansões entre tantas outras possibilidades. Para tanto, são feitas associações de significados entre o produto oferecido e o amplo leque de elementos que possuem relação com QV, tais como saúde, bem-estar, segurança, harmonia.

Como exemplo, tem-se a utilização de *banners* e *outdoors* para a divulgação de novos condomínios residenciais. Textos breves e de impacto com o termo QV em destaque são associados a imagens de forte apelo paisagístico, que demonstram espaços de lazer equipados com belas piscinas e muita área verde.

Como estilo de vida tem haver com a forma de vivenciar o mundo e nele se comportar, algo relacionado às experiências adquiridas e compartilhadas durante a vida, a simples aquisição de algo não garante a modificação de hábitos. Se assim o fosse, veríamos, apenas para citar um exemplo, um número muito maior de pessoas percorrendo trilhas em busca de cachoeiras e paisagens naturais, seja calçando um *Timberland* último modelo, seja guiando um Ford Ecosport do ano. Porém, do ponto de vista do mercado isto pouco importa contanto que o consumo aconteça.

A posição do indivíduo na sociedade exerce tamanha influência sobre seus hábitos e comportamentos, de modo que, não basta possuir condições para usufruir elementos simbólicos específicos de um dado grupo, é necessário um estilo de vida adequado a ele. Conforme Bourdieu (1992), as diferentes estruturas sociais são definidas pelo consumo simbólico de bens, sendo que vale mais a maneira com que se consome do que a quantidade consumida.

Estas considerações iniciais fazem-se necessárias para demonstrar a importância de uma análise criteriosa sobre o tema, o que justifica o necessário e proposital distanciamento de noções ingênuas e/ou fragmentadas, bastante verificadas no cotidiano e utilizadas sábia e intencionalmente pelos meios de comunicação e pelo mercado.

1.1 – A construção da identidade em qualidade de vida

O fato da área de conhecimento em QV encontrar-se num processo de construção de identidade traz algumas questões que não podem ser desprezadas quando o que se busca é ampliar cada vez mais o nível de entendimento sobre este fenômeno.

Uma delas diz respeito à relatividade desta noção, sendo necessário considerar os aspectos histórico, cultural e de classe. Quanto ao primeiro, verifica-se a variação do parâmetro de QV em diferentes períodos de desenvolvimento econômico, social e tecnológico em uma dada sociedade; o aspecto cultural apresenta as diferenças de valores e necessidades entre sociedades; o terceiro demonstra que não apenas classes sociais distintas possuem diferentes concepções do que seja bem-estar, como também associa-se QV ao bem-estar das camadas superiores e ao movimento em direção à estas (MINAYO et al., op. cit.).

Quanto às definições existentes sobre o termo, observam-se ao menos dois problemas de ordem semântica. Um deles diz respeito à sua elaboração a partir de diferentes campos do conhecimento humano, tais como o biológico, o econômico, o político, que nem sempre dialogam entre si, o que dificulta, quando não impede, um consenso. O outro problema refere-se ao caráter ora amplo ora restrito empregado na sua construção.

Se a falta de diálogo pode favorecer a elaboração de definições limitadas no que concerne às múltiplas possibilidades de alcance sobre este tema, o que nos parece mais perigosa é a alimentação de opiniões enganosas, bastante válidas em determinados contextos, como, por exemplo, a idéia de que para atingir um bom patamar de vida o esforço deve ser exclusivamente individual.

Um terceiro fator relevante encontra-se na elaboração de instrumentos de medição de QV. Estes podem ser divididos em dois grupos de acordo com a maneira como a saúde é empregada. Enquanto que, para alguns

instrumentos, a saúde representa um dentre outros componentes de medida, tais como nível educacional, outros instrumentos se baseiam exclusivamente nas singularidades do setor da saúde (GONÇALVES e VILARTA, 2004).

1.2 – Definições de qualidade de vida

A sociedade contemporânea faz uso constante do termo QV associando-o a diversos substantivos que expressam necessidades básicas da vida. Deste modo, quando oferecidas em níveis satisfatórios, características como alimentação, moradia, trabalho, educação, saúde, lazer, podem proporcionar uma percepção positiva de bem-estar.

Partindo de uma perspectiva holística, a partir da noção de dignidade humana, Nahas (2003, p.14) define QV como sendo “a condição humana resultante de um conjunto de parâmetros individuais e sócio-ambientais, modificáveis ou não, que caracterizam as condições em que vive o ser humano”.

Se nos parece claro que parâmetros sócio-ambientais, uma vez modificados, encarregam-se de proporcionar alterações a grupos inteiros sem que haja a ação direta de todos os envolvidos, não podemos, contudo, dizer que os parâmetros individuais modificáveis, como àqueles associados a estilos de vida, dependem basicamente da intenção individual em direção à mudança.

Como bem apontam Vilarta e Gonçalves (2004a), este é o tipo de discussão polêmica que estimula o debate, pois uma interpretação descuidada pode implicar na responsabilização exclusiva do indivíduo acerca de seus hábitos de saúde, num processo conhecido por culpabilização da vítima. Quais seriam, então, os limites da relação entre querer e poder?

Há, sabidamente, uma enorme distância entre a transmissão de informações de como devemos agir com o intuito de atingir uma vida mais saudável e a manutenção destas ações no tempo. Logo, não basta estarmos

cientes da necessidade da ingestão adequada de nutrientes em várias pequenas refeições no decorrer do dia, da importância do controle do estresse físico e emocional, da relevância das práticas regulares de atividade física e lazer.

As condições que, historicamente construídas, determinam em grande parte a vida de uma pessoa são também as responsáveis por dificultar ou facilitar as tentativas individuais de transformação. Por exemplo, a adoção de hábitos saudáveis.

Neste sentido, para Vilarta e Gonçalves (op. cit.), decisões comportamentais tomadas de forma individual em geral produzem pouco efeito, uma vez desvinculadas de uma abordagem integradora a partir do meio social, ambiental e familiar. Conforme estes autores, para que a adoção de novos hábitos tenha realmente o efeito desejado é necessário o estabelecimento de vínculos de co-responsabilidade entre os envolvidos na mudança, bem como a compreensão de que se trata de um processo dinâmico para além de uma atitude imediatista.

Outra definição de QV encontra-se num artigo elaborado por Minayo et al. (op.cit., p.8), que busca apresentar uma síntese do estado da arte no que diz respeito a este objeto em sua relação com a saúde.

Para estes autores QV representa

[...] uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em várias épocas, espaços e histórias diferentes, sendo portanto uma construção social com a marca da relatividade cultural.

Podemos perceber novamente a importância atribuída ao aspecto subjetivo à medida que os autores abordam a noção de satisfação pessoal ou, em outros termos, o quão satisfeito uma pessoa se sente, sem deixar de considerar sua inserção dentro de um contexto social amplo e, ao mesmo tempo, singular.

A mesma relevância ao caráter subjetivo é também encontrada na definição elaborada pelo grupo de qualidade de vida da OMS que, levando em consideração a inexistência de um consenso a respeito do conceito de QV, incorpora outros dois aspectos fundamentais – multidimensionalidade e presença de dimensões positivas e negativas – para definir QV como

a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e do sistema de valores em que vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações (WHOQOL GROUP, 1995, p.1405).

Este grupo também foi responsável pela elaboração de dois instrumentos de avaliação, até o momento, denominados WHOQOL-100 e WHOQOL-abreviado, que serão detalhados no item 2.4 deste capítulo.

Para finalizar a apresentação de algumas definições, concordamos com Minayo (2002) que, não se distanciando do aspecto político fortemente relacionado à QV, enfatiza a imprescindibilidade da socialização de todo e qualquer avanço já conquistado pela humanidade. Assim, trazemos a seguir a discussão sobre o caminho seguido pela humanidade no que diz respeito aos aspectos técnico e social.

Buarque (1993), ao discutir o momento de crise que atravessamos diante do desmoronamento do projeto civilizatório, que buscava a união entre os valores éticos do iluminismo e a concretização dos desejos utópicos da Revolução Industrial, enfatiza que no Brasil apesar de, ou justamente por conta de, ter-se conseguido realizar satisfatoriamente todas as prioridades técnicas, não se conseguiu implantar na sociedade o mínimo de QV.

Conforme Buarque (op. cit.), o homem finalmente percebeu a impossibilidade de atingir melhores parâmetros de QV para todos através do consumo, de modo que, vêm-se ameaçados os indicadores de QV baseados no sistema industrial: o consumo em massa se depara com a consciência dos limites ao crescimento; o sonho e desejo de uma sociedade utópica, igualitária, torna-se caricatural diante da constatação do aumento da desigualdade, da violência e da

fome; tanto as leis de mercado quanto o poder do planejamento demonstram seu fracasso.

Hoje, temos um “Planeta Terceiro-Mundo”, culturalmente integrado, mas socialmente desintegrado. Deparamo-nos, então, com uma difícil escolha: “abandonar os valores éticos da igualdade para continuar no rumo da utopia do consumo, apenas para poucos; ou redefinir o conceito de modernidade e de qualidade de vida” (BUARQUE, op. cit., p.160).

No sentido de apresentar uma concepção alternativa de QV, o autor propõe uma subversão da hierarquia que subordina os valores éticos à técnica. Dessa forma,

a qualidade de vida seria definida por valores éticos, que passariam a ser determinantes; em função deles seriam definidos os objetivos sociais; estes determinariam a racionalidade econômica; e só então, em função desta racionalidade, seriam escolhidas as técnicas (BUARQUE, op. cit., p.162).

Em outras palavras, ações de QV seriam então estruturadas para, num primeiro momento, garantir o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à dignidade, ao trabalho, ao lazer, à saúde, à educação – direitos fundamentais, de âmbito individual, coletivo e social, enfaticamente elencados pela Constituição Federal; eliminar as formas de autoritarismo que impedem o aprimoramento e a ampliação da participação democrática; possibilitar o equilíbrio ecológico tendo em vista o importante papel da natureza na construção da QV; e, enfim, garantir um eficiente desenvolvimento econômico, inclusive com a necessária produção de bens materiais, contanto que subordinado aos elementos anteriores.

Outras possíveis definições de QV podem ser encontradas na literatura, pois, conforme já mencionado, diferentes áreas do conhecimento humano pesquisam este tema a partir dos mais variados enfoques. No entanto, acreditamos serem suficientes à nossa pesquisa as definições ora apresentadas, considerando o fato de que os principais elementos foram expostos.

1.3 – Estilo, modo e condição de vida: a complexidade do conceito de qualidade de vida a partir da relação entre aspectos objetivos e subjetivos

Se, conforme dito anteriormente, a construção da identidade em qualidade de vida depende em grande parte da articulação entre diferentes áreas do conhecimento, outro fato que não pode passar despercebido é a necessária interação entre aspectos subjetivos e objetivos para que a complexidade deste conceito seja devidamente contemplada.

Esta interação ocorre, em muitos casos, de maneira imperceptível devido à tênue fronteira que separa tais aspectos. Não raro, autores que abordam uma das dimensões (objetiva ou subjetiva) como central utilizam conceitos e elementos próprios da outra. Como facilitadores da complementaridade destes aspectos e, portanto, do maior alcance e entendimento da complexidade do conceito de QV, encontram-se os elementos estilo, modo e condição de vida.

Vilarta e Gonçalves (op. cit., p. 45) caracterizam estilo de vida como

o conjunto de hábitos e comportamentos, aprendidos e adotados durante toda a vida, capazes de influenciar as condições de bem-estar e o nível de integração pessoal com o meio familiar, ambiental e social [...] o resultado da integração de muitos fatores que compõem nossa existência.

Este conjunto de hábitos e comportamentos pode ser modificado a partir das adaptações biológicas e culturais que experimentamos ao longo da vida. Tais modificações, quando ocorrem, refletem de forma positiva ou negativa sobre as condições de saúde e bem-estar.

Com relação ao modo e condição de vida, estes são definidos por Gonçalves (2004), respectivamente como sendo a garantia das necessidades de subsistência do indivíduo, conforme sua posição econômica e, parcialmente, por

políticas públicas; e os determinantes político-organizacionais da sociedade como um todo, que servem como norte à relação entre os indivíduos e os elementos fundamentais à vida, como educação, alimentação, saúde, moradia.

Em certa medida, é possível dizer que cada vez é maior o estabelecimento de vínculos entre a melhoria das condições gerais de vida das pessoas e a adoção de comportamentos positivos ligados ao estilo de vida.

Conforme Lefèvre-Witier (1997), citado por Minayo et al. (op. cit., p.9), “para o ser humano, o apetite da vida está estreitamente ligado ao menu que lhe é oferecido”. Pode-se entender, portanto, que ao garantirem-se condições elementares para uma vida digna garantem-se também melhores possibilidades para que cada pessoa perceba, interprete e construa valores para sua própria vida.

Contudo, a ótima oferta de condições materiais nem sempre é garantia certa de melhora dos parâmetros subjetivos e, conseqüentemente, alcance de uma percepção positiva da QV, se assim o fosse, não nos depararíamos com absurdas e desastrosas violações de direito à vida e à liberdade, ocorridas em nações cujo acesso às condições materiais não representa um problema a seus cidadãos.

Do mesmo modo, também é preciso ter cautela quando se pretende caracterizar unicamente o estilo de vida como fator ao entendimento de QV. Uma enorme armadilha deste aspecto, mencionada anteriormente e aqui reforçada, é a responsabilização exclusiva do sujeito pelas ocorrências negativas em sua saúde, processo denominado culpabilização da vítima. A relativização do estilo de vida pode também ser facilmente verificada quando se comparam nações com distintos graus de desenvolvimento.

Lessa (1998), citado por Vilarta e Gonçalves (2004b), demonstra o resultado de uma pesquisa que constatou que no Canadá o mais importante dentre quatro fatores relacionados à QV foi o estilo de vida, com um valor registrado em 54%, enquanto no Brasil este percentual caiu para 29,4%, perdendo para a organização do setor saúde.

Sabe-se que nem todas as dimensões da vida humana podem ser contempladas a partir da visão médica ou sanitária, no entanto, na perspectiva da discussão sobre QV, o campo da saúde composto pelos grupos de pesquisa em medicina social e saúde coletiva contribui consideravelmente com uma visão ampla e crítica das condições de vida dos trabalhadores e da sociedade em geral.

Estes grupos, diferentemente de outros do campo da saúde que lidam exclusivamente com o processo enfermidade/cura, buscam a compreensão das necessidades humanas elementares, tanto materiais quanto espirituais, tendo no conceito de promoção da saúde seu foco principal (MINAYO et al., op. cit.).

Na Carta de Ottawa produzida na I Conferência Internacional sobre a Promoção da Saúde (WHO, 1986), citada por Vilarta e Gonçalves (2004a, p.59), promoção da saúde é definida como: “o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua Qualidade de Vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle desse processo”.

Para Buss (2001), diferentemente de algo com fim em si mesmo, este conceito deve ser considerado enquanto potencial transformador da realidade social a partir da saúde, configurando-se como uma estratégia promissora para o enfrentamento dos diversos problemas de saúde que atingem as populações humanas.

Ao discutir sobre sua abrangência, Vilarta e Gonçalves (op. cit., p.59) afirmam que uma conceituação moderna parte do entendimento da saúde como “produto de amplo conjunto de fatores que estão relacionados à Qualidade de Vida e devem ser objeto de ações das políticas públicas e responsabilização múltipla”. Incluem-se nestes fatores:

padrão adequado de alimentação e nutrição; habitação e saneamento; boas condições de trabalho; oportunidades de educação ao longo da vida; ambiente físico limpo; apoio social para famílias e indivíduos; estilo de vida responsável; cuidados de saúde adequados (VILARTA e GONÇALVES, op. cit., p.59).

Permanece, assim, a expectativa de que a responsabilização múltipla ocorra para a resolução dos problemas sociais e, conforme Minayo et al. (op. cit.), a promoção da saúde venha a significar mais que uma simples idéia ou ideologia, para nortear de fato ações positivas.

Ao falar em elementos objetivos relacionados à QV, nos reportamos às oportunidades oferecidas para que cada indivíduo tenha acesso aos bens materiais e, ao mesmo tempo, consiga satisfazer as necessidades básicas elementares. A garantia, ou não, destas condições não depende da maneira como cada pessoa as interpreta em sua vida.

Esta esfera objetiva de percepção lida diretamente com as condições sociais de uma dada população. Desta forma, ainda que não comporte toda a complexidade contida no conceito de QV, suas análises são de grande utilidade no que tange a possíveis intervenções, em particular na área da saúde, uma vez apontando carências nos contextos avaliados, o que faz desta uma esfera importante ao entendimento deste campo de conhecimento (MARQUES, 2007).

Quanto aos elementos subjetivos, estes se referem à consciência individual com respeito a valores, concepções distintas de bem-estar, sentimentos e expectativas perante a vida. Sua contribuição à ampliação do conhecimento em QV se dá, portanto, a partir da interpretação singular de cada sujeito diante de sua realidade concreta.

Neste sentido, são observados múltiplos entendimentos do que pode vir a ser uma vida com qualidade. Tais diferenciações podem ser percebidas, por exemplo, entre classes sociais, tornando questionável a tendência de se associar boa QV como padrão exclusivo das classes dominantes; podem ser observadas na comparação entre culturas contemporâneas ou entre estas e outras passadas; podem, ainda, ser notadas a partir das distintas fases da vida de cada pessoa.

O aprofundamento da dimensão subjetiva no estudo do homem e da sociedade é um caminho que necessariamente precisa ser percorrido na

reflexão contemporânea das ciências humanas, visto a relevância do ponto de vista do próprio sujeito acerca de sua vida. Contudo, o desenvolvimento científico não se dá em condições ideais, livres de condicionantes de ordem política e econômica, o que em muitos casos atende menos à construção de um conhecimento sério e comprometido, e mais aos interesses próprios de grupos acadêmicos específicos, como visibilidade e autopromoção (GUTIERREZ, 2004).

Logo, para se avançar no debate sobre QV a ciência não deve abandonar os paradigmas preexistentes, evitando-se, deste modo, o risco de esvaziar seus importantes argumentos a partir de mediações políticas e econômicas que tendem a transformar QV em apenas um negócio rentável; tão pouco deve deixar de analisar os pontos de vista coletivos por tratar-se de uma questão social que transita entre ações governamentais direcionadas para a elaboração e execução de políticas públicas adequadas, e mobilizações comunitárias que visam à conquista de melhores condições de vida para seus integrantes numa perspectiva duradoura.

A seguir serão apresentados alguns dos instrumentos mais utilizados para se medir QV, com ênfase tanto nos aspectos objetivos quanto subjetivos de análise.

1.4 – Indicadores de qualidade de vida: limites e possibilidades

Os instrumentos de medida de QV buscam, em geral, sintetizar este complexo objeto nas diversas realidades culturais e sócio-econômicas das coletividades humanas. Seu interesse principal com isso é gerar informações sobre vitalidade, estado funcional, condições epidemiológicas e materiais para, a partir destes, estabelecer parâmetros concretos de ação que possam levar à melhoria de vida de acordo com os padrões definidos por cada sociedade.

A origem destes instrumentos é relativamente recente e possui forte viés empirista e utilitarista, de acordo com a tradição anglo-saxônica. Hoje são vários os instrumentos já elaborados e em plena utilização.

Com relação à sua natureza, os indicadores existentes podem ser divididos em dois grupos: objetivos e subjetivos. Aqueles considerados objetivos têm por base de análise aspectos como disponibilidade de água potável, renda, consumo alimentar, acesso à energia elétrica, acesso a bens materiais, tratamento adequado de esgoto e lixo, trabalho entre outros. Por sua vez, os considerados subjetivos se concentram em torno de parâmetros que dizem respeito ao pensamento e sentimento dos indivíduos com respeito à sua própria existência e a percepção que possuem quanto ao valor e influência dos componentes materiais em suas vidas (MYNAYO et al., op. cit., p.11).

Outra divisão é estabelecida quanto à forma como a saúde é considerada nos diferentes indicadores. Assim, alguns são construídos a partir de vários componentes, sendo um deles a saúde; enquanto outros consideram a área da saúde como seu objeto, propriamente dito.

Para este segundo caso pode-se estabelecer uma divisão com relação ao campo de aplicação. Têm-se, então, os instrumentos genéricos, mais apropriados para estudos epidemiológicos com vista ao planejamento e avaliação do sistema de saúde, visto que não especificam patologias e podem ser realizados em grandes populações; e os instrumentos de mensuração específica, que buscam analisar as situações de QV após doenças crônicas, como câncer e diabete, ou sequelas crônicas de agravos agudos, como o uso de medicamentos prolongados.

A seguir são descritos alguns instrumentos não específicos à área da saúde.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi construído em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq e desde então vem sendo utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este índice não se restringe apenas a aspectos econômicos, mas transita também

entre fatores sociais e culturais. Para este indicador os elementos fundamentais à QV, e de igual importância entre si, são a renda, medida através do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do país; a saúde, em que leva-se em consideração a esperança de vida dos indivíduos a partir do nascimento; e a educação, medida tanto pelas taxas de matrícula nos três níveis de ensino formal (fundamental, médio e superior) quanto pela taxa de alfabetização de adultos.

Como qualquer instrumento que se constrói com a finalidade de medir, logo, verificar e interpretar o real, o IDH apresenta limitações. Segundo Minayo et al. (op. cit.), as críticas principais que recebe são direcionadas a seu viés etnocêntrico, visto que parte do padrão ocidental moderno como referência para todo o mundo; à sua reduzida capacidade de discriminar países em condições semelhantes; ao enfoque restrito dado à noção de desenvolvimento, relacionado quase que exclusivamente ao crescimento econômico; e também à desconsideração com relação aos aspectos ambientais.

Paralelo ao IDH circula uma proposta de correção para este índice, ou IDH corrigido (IDHC). Nesta versão, a intenção é de se excluir o PIB no seu cálculo por tratar-se de uma estimativa muito grosseira. No entanto, para Gonçalves e Vilarta (op. cit., p.17) isto é injustificável visto a relevância das condições sócio-econômicas no entendimento da QV. Dizem ainda que isto “teria como analogia a retirada do IDH do componente educacional, dada a existência dos chamados letrados funcionais”.

O ICV foi desenvolvido na capital mineira pela Fundação João Pinheiro e sua finalidade inicial era a de analisar a situação dos municípios que integram o estado de Minas Gerais. Por ser muito mais sofisticado que o IDH, o ICV logo passou a ser utilizado na análise de todos os municípios brasileiros, a partir do consórcio estabelecido entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o PNUD (MINAYO et al., 2000).

O ICV lida apenas com aspectos objetivos e uma vantagem sua em comparação ao IDH é a possibilidade de aplicação em micro-realidades. Vinte

indicadores divididos em cinco dimensões o compõem. Tais dimensões são renda, educação, infância, habitação e longevidade.

Juntamente com o IDH tem-se a utilização do Índice de Desenvolvimento Tecnológico por parte dos organismos internacionais. Seu enfoque é direcionado à observação e medição da influência de novas tecnologias sobre a QV das populações. Em geral, países com importantes pólos de inovação tecnológica se destacam diante de outros ainda que as condições de vida se assemelhem.

Um exemplo regional de instrumento de medida de QV em que a saúde representa um de seus componentes é o Índice Paulista de Responsabilidade Social, elaborado por profissionais da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Suas categorias dividem-se em riqueza municipal, longevidade e escolaridade. Este índice serve como forma de avaliação e redirecionamento de recursos públicos visando não só um maior equilíbrio econômico, mas também social do Estado. Conforme Gonçalves e Vilarta (op. cit.), ele tem sido aplicado nos 645 municípios de São Paulo, demonstrando bons resultados.

Adotando uma tendência oposta a da maioria dos instrumentos, apresenta-se o Índice de Deterioração da Vida (IDV). Desenvolvido por epidemiologistas equatorianos, o IDV parte de uma leitura que visa dimensionar os fatores negativos que agem sobre a QV (BREITH et al., 1990) citado por Gonçalves e Vilarta (op. cit., pp.12-13). Seus componentes básicos são:

- i) habitação inadequada como expressão de deterioração de condições do meio geográfico; ii) deterioração da reprodução social como presença de formas de inserção no aparato produtivo associadas com privações severas no trabalho; iii) deterioração do consumo, vinculado a mulheres e crianças; e iv) deterioração de manifestações de saúde-enfermidade, como produto terminal da exposição a formas destrutivas de vida.

Este tipo de análise parece-nos bastante apropriada, pois coloca em evidência os contrastes sócio-econômicos no interior de um país ou determinada região, o que o IDH não consegue captar através do PIB e o IDHC

simplesmente desconsidera. Em seu país de origem, Equador, este índice apontou as tendências entre suas periferias e regiões isoladas em oposição aos centros urbanizados.

Alguns índices apresentam uma especificidade voltada à dimensão ambiental. Como exemplo tem-se o Índice de Sustentabilidade Ambiental que, resultando do somatório de 20 indicadores referentes a 68 variáveis ambientais, sociais e institucionais, inclui 142 países dentro de uma escala que varia de zero a cem pontos. Na sua segunda edição, em 2002, o Brasil assumiu a vigésima colocação ficando à frente dos Estados Unidos.

Ainda no grupo classificado como saúde componente da QV encontram-se os Índices Genebrinos que medem melhorias sociais alcançadas por uma dada população. Como nível de vida da população em certo tempo e espaço aceita-se o grau de satisfação das necessidades materiais e culturais. Este grau é obtido pela análise dos fluxos de mercadorias e serviços pagos e pelos fluxos de consumo coletivo, sendo que, a posição do valor analisado empiricamente em comparação ao nível ideal é estabelecida por limiares mínimos e máximos por sua vez determinados pela média dos piores e melhores valores empíricos encontrados nos bairros do município (MACHADO, 1996).

Tal instrumento tem sido aplicado pelo grupo de pesquisadores do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba-IPPUC em Curitiba, no Paraná, desde 1996, quando da criação do projeto Qualidade de Vida em Curitiba.

Os indicadores elaborados especificamente pela área médica tinham como foco inicial o complemento das análises de sobrevida dos indivíduos. Em seguida, a análise de custo-utilidade passou a prevalecer. Tal concepção utilitarista destina-se ao processo de tomadas de decisões com respeito ao impacto das doenças, visando o planejamento de assistência e intervenção médica para que, num momento posterior à doença, a QV dos pacientes estivesse num patamar superior.

Assim, surge o QALY (*quality-adjusted life-years*), ou custo por ano de vida ganho ajustado pela qualidade, posteriormente substituído pelo DALY

(*disability-adjusted life-years*), ou anos de vida corrigidos pela incapacidade e, ainda, o HeaLY (*healthy life-years*) que, conforme Minayo et. al. (op. cit.) combina os anos perdidos devido à morbidade com àqueles atribuídos à mortalidade prematura.

Para Koch (2000), citado por Gonçalves e Vilarta (op. cit.), estes instrumentos subordinam-se a três axiomas básicos “injustos e inaceitáveis”. O primeiro representado pela descrição de QV de uma pessoa ou grupo a partir da presença ou não de desvios das condições físicas consideradas normais. O segundo considera que a QV futura depende unicamente das condições físicas atuais, excluindo as condições econômicas e os valores sociais. O terceiro, talvez ainda mais discriminatório que os anteriores, considera que uma QV positiva não se dá na presença de deficiências físicas, o que significa dizer que nenhuma pessoa portadora de deficiência física possui a priori boa QV.

Em 1994, a partir de publicações da OMS, dois dos indicadores anteriores são simultaneamente utilizados ao estudo de QV com o interesse de somar mortalidade e morbidade (perda de QV). Objetivava-se medir a carga global de doenças para descrever o estado de saúde das diversas populações do mundo. Conhecido então como Carga Global de Doenças, em inglês *global burden disease*, este indicador superaria as ineficiências do QALY, sendo usado para o cálculo de custo-efetividade de ações de saúde pública (GONÇALVES e VILARTA, op. cit.).

Finalizando a discussão das potencialidades e limites dos diversos indicadores de QV, serão apresentados o *The Medical Outcomes Study General Health Survey – Short Form* (SF-36) e o WHOQOL-100, ambos considerados genéricos com respeito ao seu campo de aplicação no interior do setor saúde.

O SF-36 foi inicialmente desenvolvido para a medição da saúde funcional em médias e grandes populações, contudo, também é muito utilizado em serviços específicos de saúde, testes clínicos, entre outros, principalmente por ser de fácil compreensão e aplicabilidade, podendo ser inclusive auto-aplicável.

Este instrumento, traduzido e validado para o português por Ciconelli e Ferraz (1997) aborda, através de uma perspectiva do sujeito, aspectos físicos e mentais da QV, negativos ou positivos. Ele é subdividido em 36 itens agrupados em oito componentes como segue: capacidade funcional (10 itens), aspectos físicos (4), dor (2), estado geral de saúde (5), vitalidade (4), aspectos sociais (2), aspectos emocionais (3), saúde mental (5), e uma questão de comparação entre condições de saúde atual e de um ano atrás.

O segundo, chamado WHOQOL-100, foi construído pela Organização Mundial da Saúde (OMS), através do Grupo de Qualidade de Vida (WHOQOL Group). Este grupo pautou-se em três aspectos fundamentais presentes no conceito de QV para a elaboração de um instrumento de medida que pudesse ser utilizado em uma perspectiva internacional.

Os aspectos contemplados foram subjetividade, multidimensionalidade e presença de dimensões positivas e negativas. Embora inexista um consenso na definição de QV, é certo o reconhecimento pelos pesquisadores de que se trata de um conhecimento subjetivo, daí a importância de uma análise que consiga captar esta realidade. Quanto às múltiplas dimensões, o grupo inclui as percepções individuais de estado físico, cognitivo, afetivo, social e espiritual, uma vez considerados universais. As dimensões positivas referem-se a sentimentos prazerosos como contentamento com a vida, boa mobilidade, bem-estar; e as dimensões negativas relacionam-se a dor, fadiga, dependência a medicamentos.

O WHOQOL-100 é composto de 100 questões divididas em 24 facetas, por sua vez organizadas em 6 domínios (físico, psicológico, nível de independência, relações sociais, ambiente e aspectos espirituais/religião/crenças pessoais). Em nosso estudo utilizamos a versão abreviada, WHOQOL-abreviado, desenvolvida para suprir a necessidade de aplicação mais rápida em determinados contextos. Nesta versão os domínios “nível de independência” e “aspectos espirituais” foram suprimidos.

Com a finalidade de preservar a abrangência da versão longa foram mantidas as 24 facetas, havendo apenas redistribuição dentro dos domínios e redução do número de questões de 4 para 1 o que, por sua vez, significa que o número total de questões passou de 100 para 26, sendo uma para cada faceta e duas gerais.

No quadro a seguir tem-se representada a distribuição das 24 facetas dentro dos 4 domínios da versão abreviada:

QUADRO 1 – Domínios e facetas do WHOQOL-abreviado

<p>Domínio I - Domínio físico</p> <ol style="list-style-type: none">1. Dor e desconforto2. Energia e fadiga3. Sono e repouso9. Mobilidade10. Atividades da vida cotidiana11. Dependência de medicação ou de tratamentos12. Capacidade de trabalho <p>Domínio II - Domínio psicológico</p> <ol style="list-style-type: none">4. Sentimentos positivos5. Pensar, aprender, memória e concentração6. Auto-estima7. Imagem corporal e aparência8. Sentimentos negativos24. Espiritualidade/religião/crenças pessoais <p>Domínio III – Relações sociais</p> <ol style="list-style-type: none">13. Relações pessoais14. Suporte (Apoio) social15. Atividade sexual <p>Domínio IV – Meio ambiente</p> <ol style="list-style-type: none">16. Segurança física e proteção17. Ambiente no lar18. Recursos financeiros19. Cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e qualidade20. Oportunidades de adquirir novas informações e habilidades21. Participação em, e oportunidades de recreação/lazer22. Ambiente físico: (poluição/ruído/trânsito/clima)23. Transporte

Fonte: FLECK, M. P. de A. et al. 2000, p.179.

Apesar destas alterações, as características psicométricas do WHOQOL-abreviado em português, foram mantidas satisfatórias quando comparadas às obtidas com a versão também em português do WHOQOL-100, e também às obtidas da amostra do estudo multicêntrico que originou tais instrumentos (FLECK et al., 2000).

A opção pelo uso do WHOQOL-abreviado deve-se pelos seguintes aspectos: rapidez na aplicação, visto que, por acordo entre as partes (pesquisador e cooperativa), o mesmo será aplicado no local e horário de trabalho; seu perfil amplo com relação ao setor da saúde, evitando análise restrita de patologias; e por conseguir captar a percepção subjetiva, tal como o SF-36, porém possuindo mais domínios de análise que este.

Nosso interesse com a utilização deste instrumento num ambiente corporativo limita-se à análise do perfil de QV do grupo estudado, tendo em vista sua não especificidade no trato com questões relacionadas a este ambiente. Assim, como complemento ao estudo, questões específicas de relacionamento entre trabalhadores e entre estes e o ambiente de trabalho, foram feitas a alguns cooperandos através de entrevistas estruturadas.

CAPÍTULO 2 – QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Esta pesquisa está direcionada para uma análise da QV num ambiente laboral. Assim, parece-nos oportuna e necessária a apresentação de outro conceito, também em processo de construção, que possui interfaces diretas com o conceito de QV, mas que lida de forma específica com a relação entre ser humano e trabalho. Trata-se do conceito de qualidade de vida no trabalho (QVT).

Além da especificidade anteriormente mencionada, outra distinção importante entre os dois conceitos é a de que enquanto o conceito de QV prioriza sua análise no ser humano, o conceito de QVT, ao contrário, está mais centrado no ambiente, ou seja, sua ênfase volta-se para a observação do local de trabalho, sendo que, o que se busca é ampliar a produtividade garantindo condições adequadas do ponto de vista da saúde para os envolvidos atuarem.

A relevância na abordagem deste conceito deve-se ao menos a três fatores: o tempo significativo da vida consumido no trabalho; a forte influência exercida pelo trabalho sobre o tempo vivido fora dele; e as conseqüências à saúde do trabalhador na contemporaneidade a partir das diversas formas de ocupação e condições de trabalho existentes.

Nosso foco de estudo são as OTAs cujos princípios, estratégias de planejamento, ações e objetivos são voltados, a priori, para a superação de elementos como exploração e sofrimento através de sua substituição por outros, como respeito, cooperação e solidariedade. Porém, faremos a seguir uma rápida abordagem histórica do percurso do trabalho predominante no capitalismo, ou seja, heterogestionário, e sua relação com a saúde, a partir da Revolução Industrial devido ao alto custo humano que este apresentou desde então e, em diversas circunstâncias, ainda apresenta.

Conforme Dejours (1992), no século XIX a luta pela sobrevivência condenou o tempo excessivo de trabalho; nas primeiras décadas do século XX a luta pela saúde física levou à denúncia das más condições de trabalho e, a partir

de 1968, novas tendências da problemática tradicional sobre as questões de saúde são reconhecidas e designadas por saúde mental.

Caracteriza-se o sofrimento mental como resultado da organização do trabalho (seu sistema hierárquico, relações de poder entre outros elementos). Tem-se, portanto, um processo continuado de deterioração da saúde do trabalhador, assumindo aqui saúde não apenas enquanto ausência de doença, mas em sentido amplo, ou seja, enquanto constante busca pelo bem estar físico, psíquico e social.

Pesquisadores como Harvey (1989), Antunes (1995), entre outros, trazem-nos a discussão sobre os padrões de acumulação do modo de produção capitalista a partir do século XX – taylorismo/fordismo e acumulação flexível – e a transição, no tempo, do primeiro para o segundo.

Em 1911 Frederick Winslow Taylor publica *Os Princípios da Administração Científica*, obra que descreve o modo como a produtividade dentro de uma empresa poderia ser radicalmente ampliada através da aplicação de métodos científicos na administração, de modo a fragmentar os processos de produção e estabelecer um rígido controle no tempo e movimento de cada operário.

Para Taylor, até então, a baixa produtividade devia-se menos aos períodos de intervalo, mas, principalmente, ao ritmo lento durante a produção, o que ele interpretava como “vadiagem”, embora, de acordo com Dejours (op. cit.), este tempo, aparentemente improdutivo, representasse uma importante estratégia de regulação que o operário exercia sobre seu trabalho visando à manutenção de sua saúde mental.

Com a decomposição da produção em partes, a Organização Científica do Trabalho (OCT) elaborada por Taylor elimina um importante obstáculo à superação da produção manufatureira: o conhecimento do operário sobre a tarefa e seu modo operatório, o que lhe possibilitava certa medida de controle sobre a produção, bem como poder de argumentação nas relações de

força estabelecidas com os superiores hierárquicos – chefia e inspetores. Instituiu-se, então, a desapropriação do saber coletivo do trabalhador pela OCT.

No interior das fábricas, podemos citar como características negativas da OCT do ponto de vista do trabalhador o avanço tecnológico das máquinas que passam a determinar o ritmo de produção antes determinado pelo trabalhador; o controle rígido do tempo de produção, tomando o modo operatório mais rápido como padrão cientificamente estabelecido e impondo-o a todos os operários, sem fazer distinção dos aspectos físicos e mentais de cada indivíduo, inclusive através da coerção exercida pelos inspetores, agora mais fácil de ser realizada devido à fragmentação do processo produtivo; o sofrimento e alienação, provenientes do conteúdo pouco significativo do trabalho e da impossibilidade de alterá-lo entre outras características.

Com o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista no final da década de 1960, iniciou-se uma nova fase para o capital denominada reestruturação produtiva, para a qual, conforme Antunes (1995), o mundo capitalista passou a ser marcado por experimentos de desregulamentação e de flexibilização. Para este autor, com esta transição a degradação do trabalho característica do modo de produção capitalista não apenas continuou, mas se intensificou.

Considerando a singularidade histórica de cada Estado-nação, observa-se a distinção das formas de adaptação na transição entre padrões de acumulação de capital a partir do início da década de 1970. A estrutura taylorista/fordista permanece em diferentes medidas em vários países enquanto os elementos de expressão do novo padrão são introduzidos. Isto faz com que as duas estruturas co-existam, embora haja mais descontinuidade do que continuidade entre elas, conforme apresentam alguns autores que desenvolvem o tema (ANTUNES, 1995, 2000; HARVEY, 1989; MÉSZÁROS, 1995; DAGNINO e DIAS, 2007).

Dentre as novas formas flexíveis de atuação pode-se destacar:

1. a flexibilização/desregulamentação das leis trabalhistas, ocasionando uma constante perda de direitos por parte da classe trabalhadora;
2. a redução numérica de trabalhadores até o limite possível, ou seja, até quando a presença do trabalhador não seja imprescindível, cuja consequência direta é o aumento do desemprego, a ponto deste tornar-se estrutural o que, por sua vez, possibilita a manutenção dos salários num patamar mínimo, não raro incompatível com o necessário para a manutenção de uma vida digna;
3. a terceirização dos serviços, mantendo única e exclusivamente o que é estratégico para os negócios no comando direto da empresa;
4. as contratações temporárias que, cada vez menos, podem ser consideradas atípicas;
5. as relações de trabalho disfarçadas, como o trabalho-estágio;
6. a intensificação do trabalho manual e intelectual levados ao limite por conta do aumento no investimento em máquinas e novas tecnologias e da constante redução de trabalhadores;
7. a polivalência na execução de tarefas, tanto na indústria, tal como já ocorria no ramo têxtil, com os trabalhadores operando mais de uma máquina ao mesmo tempo, quanto para o setor de serviços;
8. o just-in-time, forma de melhor aproveitamento possível do tempo de produção;
9. o forte vínculo entre demanda e produção, atrelado ao falso discurso da qualidade total, em que uma aparência de qualidade reveste as mercadorias enquanto sua vida útil é bastante reduzida, recursos utilizados como forma de se evitar o risco da sobreacumulação de mercadorias em momentos de queda de demanda, logo, a necessidade da destruição produtiva como já presenciado em épocas passadas;
10. o controle subjetivo da racionalização do trabalho que faz com que, através de estratégias de envolvimento, o próprio trabalhador comece a fiscalizar a

qualidade do seu serviço, o que transmite uma aparente idéia de avanço rumo à melhoria das condições de trabalho, visto que parece haver uma redução das formas de coerção, embora o que ocorre de fato é apenas a transposição do controle e, conseqüentemente, da responsabilidade para o próprio trabalhador.

Com todas estas mudanças o perfil da classe trabalhadora também se alterou levando, como já discutido, à redução dos empregos na indústria e o progressivo aumento do trabalho no setor de serviços, destacadamente o informal. Espera-se com isso que, conforme Dejours (op. cit., p.26), “o operário, outrora altamente especializado, ceda lugar a um profissional polivalente, capaz de realizar uma multiplicidade maior de tarefas”. Porém, continua o autor, “a rapidez dos avanços tecnológicos e organizacionais impossibilita o acompanhamento cognitivo destas mudanças, criando um processo de desqualificação permanente do trabalhador, de seu “*know-how*” e de sua experiência acumulada.”

Para Bejarano e Pilatti (2005, p.102), o conceito de QVT apresenta um movimento de reação ao rigor do padrão taylorista e é, por extensão,

um instrumento que tem por objetivo propiciar uma maior humanização do trabalho, o aumento do bem-estar dos trabalhadores e uma maior participação dos mesmos nas decisões e problemas do trabalho.

Sabidamente, porém, os próprios autores concordam que se as iniciativas de QVT têm o objetivo de melhorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho e a satisfação com o mesmo, também têm o objetivo de aumentar a produtividade e o desempenho, discurso este que pode ser facilmente apropriado pelas estratégias do novo padrão de acumulação flexível.

Segundo eles (BEJARANO e PILATTI, op. cit., p.93) como satisfação e produtividade não seguem necessariamente o mesmo sentido, “a

ênfase em um ou outro objetivo difere entre países e entre empresas”, o que não significa que sejam sempre necessariamente incompatíveis.

Como procuramos demonstrar, o custo à saúde do trabalhador continua abusivo. No entanto, há de se considerar que a partir da QVT novas formas de organização do espaço e de interação relacional têm surgido como importantes elementos à eliminação do sofrimento físico, psicológico e até institucional e, ao mesmo tempo, à promoção de bem-estar nos ambientes corporativos.

Pouco a pouco ganham espaço as políticas e os programas de melhoria de qualidade de vida nas corporações, mesmo tratando-se ainda de um universo restrito. A noção de QVT, conformada na segunda metade do século passado, foi sofrendo modificações no tempo e hoje representa algo além de um modismo passageiro, podendo ser concebida até como um direito àqueles que possuem trabalho (PILATTI, 2008).

Pode-se considerar como esferas de atuação da QVT ações relacionadas à saúde, à responsabilidade social e à fadiga organizacional. A primeira esfera, de maior assimilação pelas organizações, trabalha com propostas de intervenção que lidam com o bem-estar do trabalhador através do desenvolvimento de estratégias que visam reduzir entre os funcionários o número de ocorrências relacionadas ao tabaco, à obesidade, ao álcool, problemas ósteo-musculares devido a esforços repetitivos, entre outras. Nesta esfera, os profissionais de Educação Física têm conquistado um grande espaço de atuação através da aplicação da ginástica laboral, que lida predominantemente com a prevenção, e também de esporte na empresa, ambos apresentando-se como formas de inserção de exercícios físicos².

A segunda esfera busca implementar propostas que envolvam os trabalhadores a participar de ações voluntárias junto à entidades assistenciais ou comunidades carentes próximas à empresa. A terceira é ainda pouco abordada,

² Considera-se como exercício físico toda atividade física planejada, estruturada e repetitiva que tem por objetivo manter ou melhorar um ou mais componentes da aptidão física.

pois trata de relações complexas de poder e subordinação que exercem influência diretamente sobre a psique dos trabalhadores. Quando aplicada num ambiente corporativo, esta esfera busca eliminar ou, ao menos, reduzir ao máximo a ocorrência de formas de discriminação e abuso mais comumente encontrados em relações verticalizadas.

De acordo com Gutierrez (2008), os temas abordados nesta terceira esfera de atuação representam, em muitos casos, a causa de outras formas de sofrimento no trabalho. A partir da manifestação de ocorrências de distúrbios de natureza psíquica ou psicossomáticas, tais como o estresse, o assédio moral ou sexual entre outros, tem-se o reforço e a manutenção de hábitos pouco saudáveis e até patológicos, como o alcoolismo, entre os trabalhadores da organização, o que pode limitar o alcance das estratégias de atuação desenvolvidas pelas duas esferas anteriores.

Contudo, isso não deve desmotivar abordagens e propostas de QVT, pelo contrário, deve reforçar o fato de que os resultados tendem a ser melhores quanto maior for a integração entre as três esferas.

Encerrando a abordagem sobre QVT, discutiremos a seguir alguns aspectos da legislação trabalhista, no que diz respeito à segurança e medicina do trabalho, abordando inclusive a ergonomia e, por último, estudos específicos sobre o assédio moral no trabalho.

2.1 – Considerações sobre Segurança e Medicina do Trabalho

O termo saúde ocupacional se refere à maneira como é entendida, analisada e, quando necessário e possível, modificada a relação entre trabalhador, ambiente de trabalho e processo saúde/doença, com o intuito de proporcionar aos indivíduos ótimas condições de trabalho.

O capítulo V, título II, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), faz referência à Segurança e Medicina do Trabalho. Em seu artigo 200 é informada a incumbência do MTE no estabelecimento de disposições complementares às normas tratadas neste capítulo. Assim, através da portaria nº 3.214 de 1977 são aprovadas as Normas Regulamentadoras (NR), conjunto de normas que visa coordenar, orientar, controlar e supervisionar atividades relacionadas com segurança e medicina do trabalho em empresas privadas, públicas, órgãos públicos de administração direta e indireta e órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário que contenham empregados regidos pela CLT.

A NR 9 – “programa de prevenção de riscos ambientais (PPRA)” (BRASIL, 1978) estabelece as diretrizes para a elaboração e implementação do PPRA nas empresas e órgãos. Este programa é obrigatório e deve ser executado pelo empregador com a participação dos trabalhadores de acordo com a seguinte estrutura e etapas de desenvolvimento:

Estrutura:

- a) planejamento anual com estabelecimento de metas, prioridades e cronograma;
- b) estratégia e metodologia de ação;
- c) forma do registro, manutenção e divulgação dos dados;
- d) periodicidade e forma de avaliação do desenvolvimento do PPRA.

Etapas:

- a) antecipação e reconhecimento dos riscos;
- b) estabelecimento de prioridades e metas de avaliação e controle;
- c) avaliação dos riscos e da exposição dos trabalhadores;
- d) implantação de medidas de controle e avaliação de sua eficácia;
- e) monitoramento da exposição aos riscos;
- f) registro e divulgação dos dados.

Nesta NR são considerados riscos ambientais os agentes físicos (como ruído, vibrações, temperaturas extremas), químicos (substâncias, compostos ou produtos que possam ser inalados, ingeridos ou absorvidos pela pele) e biológicos (como bactérias, vírus, fungos) que, de acordo com sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, podem provocar danos à saúde do trabalhador.

Para Azevedo e Kitamura (2007), as grandes corporações são aquelas que tradicionalmente investem em medicina do trabalho como parte de sua política de responsabilidade com a saúde e segurança de seus trabalhadores. O que, certamente, não deve ser interpretado ingenuamente como algo isento de interesses. Há uma estreita relação entre tal investimento, os benefícios à empresa que dele decorrem e sua obrigatoriedade no âmbito da legislação trabalhista.

A grande maioria dos trabalhadores, contudo, não tem acesso aos programas de promoção e proteção à saúde, principalmente os do setor informal que apresenta acelerado crescimento devido à redução do emprego formal a nível mundial. Em geral, são as pequenas empresas, entre elas as terceirizadas, as que menos levam em consideração algum tipo de conduta direcionada à saúde e QV de seus trabalhadores.

Em determinadas circunstâncias as inovações tecnológicas são responsáveis pela redução significativa de fatores de risco no ambiente laboral – como exemplo tem-se o relativo controle do câncer de pulmão provocado pela silicose, bastante comum na mineração; em outras, o mesmo avanço tecnológico também pode trazer consigo novas doenças e novas categorias de risco – tais como as geradas por fatores psico-sociais e ergonômicos. Isto porque, conforme discutiremos no próximo capítulo, a tecnologia jamais está isenta dos valores e interesses daqueles que direta ou indiretamente são responsáveis por sua construção.

As doenças de natureza psíquica ou psicossomáticas tais como a síndrome da fadiga crônica, o *burn-out*, o distúrbio do estresse no trabalho, podem

ocasionar fadigas crônicas, distúrbios do sono, exaustão emocional, alguns tipos de neurose relacionados ao ambiente de trabalho, alcoolismo e até morte súbita, sendo esta última associada em geral ao elevado nível de exigência e às longas jornadas de trabalho de altos executivos, conhecida no Japão por *Karoshi*.

Quanto aos agentes ergonômicos, embora estes ainda não sejam considerados fatores de risco à saúde pela legislação brasileira, a NR 17 – “Ergonomia” (BRASIL, 1990) estabelece parâmetros para que as condições de trabalho sejam adaptadas às características psicofisiológicas dos trabalhadores a fim de proporcionar-lhes o máximo de segurança, conforto e desempenho na execução de suas tarefas.

À ergonomia no trabalho, discutida na NR 17, relacionam-se prioritariamente os distúrbios ósteo-musculares relacionados ao trabalho (DORT) que, devido à sua primeira denominação na literatura (lesões por esforços repetitivos), hoje são conhecidas como doenças do grupo LER/DORT (AZEVEDO e KITAMURA, 2008).

A elevada repetitividade na movimentação de segmentos corporais, principalmente membros superiores, seja na esteira de produção em série, seja nas funções administrativas ou em outras funções, é responsável por inflamações e lesões nos tendões, articulações, sinóvias e nervos. Crônicas, tais doenças vão agindo de forma sutil no decorrer de anos até serem detectadas durante um momento de incapacidade, o que dificulta o tratamento e reduz bastante sua eficácia.

Exercícios físicos, como os anteriormente mencionados, são fortes aliados no que diz respeito à manutenção saudável da movimentação corporal durante a execução de tarefas à medida que representam grande potencial tanto para a prevenção quanto para a redução de dores e fadigas de trabalhadores (METZNER, 2001).

A incidência de LER/DORT relacionada ao trabalho é de duas a três vezes maior em mulheres que em homens (COUTO, 1998). Conforme o autor (1998) citado por Azevedo e Kitamura (2007), os possíveis fatores explicativos

são: maior fragilidade na estrutura músculo-esquelética feminina; ação de hormônios femininos que tornam as articulações, sinóvias, nervos e tendões mais susceptíveis a lesões; as funções reservadas às mulheres no mundo do trabalho, em geral, administrativas ou atividades leves na produção, porém com alto grau de repetitividade; a extensão da jornada de trabalho do emprego ao lar; e a pressão psicológica e o assédio sexual responsáveis por tensão e desprazer no trabalho.

Segundo Azevedo e Kitamura (2008), a causabilidade da LER/DORT é facilmente associada a fatores biomecânicos, porém, o mesmo não ocorre ainda com sua associação a fatores psico-sociais relativos ao trabalho – hipoteticamente operantes.

Este fato possibilita uma perigosa armadilha a partir das bases discursivas da neuropsiquiatria, fazendo com que instituições previdenciárias de diferentes países, que deveriam beneficiar trabalhadores acometidos por doenças deste grupo, passem a negar o nexo existente entre elas e o trabalho*.

Tal como a tentativa de negação da relação entre doenças e trabalho é histórica, o mesmo também se pode dizer sobre a luta e organização dos trabalhadores para reverter este quadro. Isto fez com que já fossem reconhecidas diversas doenças do trabalho, e recentemente as LER e as doenças psicossomáticas também inserem-se no embate entre trabalho e capital que, por sua vez, busca quase sempre o aproveitamento dos corpos até o limite possível.

Num contexto autogestionário, em que os trabalhadores são eles próprios proprietários dos meios de produção e diretamente participantes nos processos decisórios, é de se esperar avanços com relação às condições de trabalho, pois o surgimento de relações mais saudáveis pode acarretar mudanças significativas no cotidiano das pessoas.

* A respeito ver artigo de GOMEZ, C. M. e VERTHEIN, M. A. R. As armadilhas: bases discursivas da neuropsiquiatria da ler. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n.6, v.2, p.457-470, 2001.

É preciso considerar, no entanto, que trata-se de um processo gradual de transformação, não sendo raros os casos em que insiste em prevalecer a manutenção das condições já estabelecidas. Neste sentido, concordamos com Oliveira (2001, p.45) quando afirma que

[...] não é nada fácil e tão pouco rápido assimilar, incorporar e pôr em prática formas de agir e pensar que sempre levem em consideração o outro, a cada instante da vida. Não foi nesta direção que as orientações predominantes em nossas vidas nos afeiçoaram. Trata-se, portanto, de algo que, uma vez concertado, demanda tempo e persistência.

2.2 – O assédio moral

O assédio moral pode ocorrer em várias instâncias da vida social. Para isso é necessário que uma pessoa ou um grupo de pessoas seja constantemente humilhado, ofendido, inferiorizado num determinado contexto. Assim, é possível encontrar casos de assédio moral no ambiente familiar, na escola, no trabalho entre outros.

Pode-se dizer que este fenômeno teve início no momento em que pessoas tiveram que se subordinar a outras, superiores em certo grau hierárquico, a fim de garantir os meios de sobrevivência própria e/ou de seus dependentes.

Deste modo, a origem deste problema se confunde com a história humana, embora o conhecimento teorizado sobre tal fenômeno seja recente, tendo seus primeiros estudos realizados entre as décadas de 1960 e 1970.

Com relação ao assédio moral no trabalho, conforme Molon (2005), o primeiro ensaio foi realizado no ano de 1984, na Suécia, pelo psicólogo do trabalho Heyns Leymann. Mas é a partir de 1995 que seus estudos ganham notoriedade pela sua difusão em toda a Europa.

Este tipo de agressão a que certas pessoas são submetidas tem diferentes formas de manifestação, pois, estando presente em todo o mundo, apresenta características singulares em cada cultura e em cada região. Vários

também são os nomes encontrados. A título de exemplo e apenas para mencionar alguns países, podemos citar o termo *mobbing* na Alemanha, *bullying* na Inglaterra e Estados Unidos da América, *acoso moral* na Espanha, *ijime* no Japão e, no Brasil, assédio moral ou violência moral.

Mas o que caracteriza o assédio moral no trabalho?

O assédio moral no trabalho pode ser caracterizado como uma situação de hostilidade na comunicação entre pessoas, de forma que, uma ou algumas sejam agredidas sutilmente por outra(s), de forma repetitiva, através de constrangimentos e humilhações no exercício de sua função, implicando em dano à personalidade, à dignidade e à integridade física e psíquica (HELOANI, 2005).

Um enorme avanço já se obteve no sentido da ampliação de estudos científicos sérios sobre o tema, bem como, e até mesmo por consequência destes, da elaboração de ferramentas jurídicas apropriadas para minimizar os efeitos deste fenômeno na sociedade e, em particular, nas relações de trabalho.

A legislação brasileira possui leis aprovadas e projetos de lei em andamento em âmbito federal, estadual e municipal. Assim como é grande o número de empresas que já possuem seu próprio código de ética. Porém, sabe-se que, ainda que seja considerável a quantidade de direitos já garantidos por lei, pouco esforço é necessário para se deparar com o problema de assédio moral na sociedade.

Ainda que a reflexão tenha aumentado graças aos inúmeros casos já denunciados e resolvidos a favor das vítimas, há muito ainda a ser feito, principalmente devido ao modo como se dá a organização do trabalho no mundo contemporâneo que, influenciada pela globalização, pelas novas tecnologias e pela reestruturação produtiva, impõe de forma severa uma enorme competitividade entre empresas e, em seu interior, entre trabalhadores (ou colaboradores), os quais precisam lutar para não fazer parte do crescente quadro de desemprego estrutural global.

Considerando a intensidade e a duração das agressões, as conseqüências em curto prazo do assédio moral à vítima podem ser as seguintes: estresse; sensação de impotência; cansaço físico; ansiedade; distúrbios do sono; enxaquecas. Em longo prazo, como é de se esperar, os problemas tomam maior gravidade: despersonalização; assunção indevida das adjetivações pejorativas direcionadas pelo agressor, como negligência, incapacidade, entre tantas outras; doenças psicossomáticas, como gastrite nervosa e úlcera; cardiopatias; depressão; doenças de pele; ou situações ainda mais extremas como suicídio.

São devido a todas elas que a postura da psiquiatra e psicanalista Marie-France Hirigoyen (2002) é rigidamente contrária a certas teorias psicanalíticas que tendem a atribuir boa parte da culpa ao agredido, como se este, por masoquismo ou expiação de culpa, desejasse a situação de agressão, mesmo que de forma inconsciente.

Acerca dos pressupostos básicos sobre QV e QVT, anteriormente mencionados, percebe-se claramente a imprescindibilidade da eliminação de qualquer forma de discriminação dentro das organizações, dentre elas o assédio moral, bem como de modificações na configuração contemporânea do trabalho, para se conquistar um progresso não apenas nas relações estabelecidas nesta esfera da vida social, mas na humanidade em geral.

CAPÍTULO 3 – CAPITAL, TRABALHO E FORMAS SOLIDÁRIAS DE ORGANIZAÇÃO

Em certa medida, é possível afirmar que as formas de precarização do trabalho características do capitalismo industrial do século XIX foram superadas no decorrer do século XX, em especial nos países europeus onde ocorreu o pacto fordista³, seja devido às conquistas do movimento operário, seja pela regulação do mercado por parte do Estado que, através de legislações trabalhistas, passou a garantir proteção social aos trabalhadores e limites à exploração.

No entanto, tais avanços jamais foram universalizados, bem como não impossibilitaram retrocessos nos locais onde se manifestaram. A existência de formas de trabalho escravo e semi-escravo, em particular de mulheres e crianças, também não foi extinta, ao contrário, sua ocorrência foi retomada principalmente nos países periféricos a partir das últimas décadas do século XX (DRUCK e THÉBAUD-MONY, 2007), o que intensificou a degradação social e econômica de um número cada vez maior de pessoas.

Com as privatizações e a liberalização dos mercados a partir da década de 1980, novas possibilidades lucrativas abriram-se ao capital, o que controlou por algum tempo o avanço da crise de sobreacumulação. Contudo, não tardou a ocorrerem especulações das mais diversas por parte dos mercados, proporcionando uma redistribuição de ativos a favor das classes altas e para o desespero de populações pouco favorecidas que, por sua vez, presenciaram o distanciamento radical de quaisquer possibilidades de melhoria das condições de vida (HARVEY, 2005).

³ Pacto formulado entre sindicatos, organizações políticas e capitalistas levando à constituição do Estado de bem-estar social nos países capitalistas avançados da Europa do Norte após a Segunda Guerra Mundial.

A privatização dos serviços de distribuição de água na África do Sul pós-apartheid, com promoção do Banco Mundial, demonstra um exemplo significativo citado por Harvey (op. cit.). Com o constante aumento de tarifas, parte considerável da população de baixa renda ficou impossibilitada de pagar pelos serviços, sendo forçada a recorrer a outras fontes d'água o que ocasionou uma epidemia de cólera e a morte de inúmeras pessoas naquele país.

Este exemplo, tal como tantos outros que poderiam ser apresentados, significativo por tratar-se da água, um bem inalienável e fundamental à vida, vem de encontro às argumentações adotadas pela teoria e ideologia neoliberal quando da defesa da livre competição econômica.

Para opor-se a qualquer tipo de intervenção do Estado sobre o mercado, haja vista o vazio deixado pelo socialismo real e pelo modelo social-democrático, a teoria neoliberal afirma que o poder estatal deve limitar-se a garantir a liberdade dos indivíduos através da lei e da ordem, garantir também os contratos privados e reforçar a competição no mercado, pois, é somente a partir desta, dizem, que a distribuição de recursos será eficiente, promovendo prosperidade a toda a sociedade.

O conceito-limite utilizado pelos neoliberais para defender a eficiência do mercado, como mecanismo auto-regulador e auto-suficiente é o de mercado perfeito (TEIXEIRA, 1998). Conforme este conceito, os agentes econômicos são tão pequenos que não podem influenciar o preço das mercadorias que, por sua vez, são homogêneas numa comparação entre produtores, o que leva à indiferença do consumidor por uma ou outra no momento de sua aquisição. As empresas possuem uma livre mobilidade no mercado e, ainda, tanto produtores quanto consumidores têm pleno conhecimento das regras que determinam o jogo.

O que dizer então, apenas para citar um exemplo, dos oligopólios mundiais responsáveis pelo domínio de mercados estratégicos? No setor de computadores apenas dez empresas controlam 70% da produção mundial; no setor automobilístico, o mesmo número de empresas controla 82%; oito empresas

respondem por 90% do processamento de dados; sete empresas controlam 92% do setor de material de saúde entre outros, (CHESNAIS, 1996) citado por Pochmann (2004, p.31).

Foi o mercado, na citação anterior sobre a privatização dos serviços de distribuição de água, promotor de desenvolvimento social ou um bom caminho à felicidade e liberdade de toda a sociedade sul-africana? É até possível que a resposta seja positiva dependendo, obviamente, da noção de ética utilizada. Negativo para uma ética compreendida em uma base moral que evidencia valores como honestidade, igualdade e justiça. Positivo para uma questionável ética dos negócios, restrita e gananciosa, para a qual a troca de mercadorias representa o fundamento central da sociabilidade, uma ética utilitária que visa o lucro e a superação constante e utiliza para este objetivo quaisquer medidas necessárias.

Portanto, não se pode estabelecer um projeto econômico válido e conseqüentemente um projeto de sociedade sem que se estabeleça, com clareza, que a questão fundante aqui é a configuração das relações sociais de tal modo que se garanta a reprodução social da vida de todos os seres humanos numa perspectiva de lógica de inclusão contra a lógica da exclusão (OLIVEIRA, 1998, p.192).

Se a lógica capitalista torna o trabalho físico cada vez mais desnecessário criando uma multidão de pessoas sem utilidade para o mercado num contexto de revolução tecnológica, deveria então explorar melhor o novo espaço aberto às atividades criativas capazes de proporcionar satisfação à vida bem como enriquecimento das diversas esferas de convivência.

Este é um dos caminhos abertos pela própria revolução tecnológica, o da “efetivação do ético sobre o sistêmico” (OLIVEIRA, op. cit., p.194), contanto que as lógicas de produção e acumulação adaptem-se eticamente à efetivação da realização humana, caminho extremamente oposto ao que presenciamos.

Nas sociedades contemporâneas há uma forte aceitação, por parte do senso comum, da idéia de que todo conhecimento cientificamente criado

e tecnologicamente aplicado seja, via de regra, intrinsecamente bom e sempre contribua de modo eficiente para o desenvolvimento econômico e social.

Em geral, esse ponto de vista ignora o fato de haver valores sociais e interesses econômicos por trás dos atores sociais responsáveis direta ou indiretamente pela produção do conhecimento, prevalecendo, portanto, a falsa idéia de neutralidade.

Compreendido tal equívoco, o próximo passo consiste em questionar se a produção do conhecimento deve ou não adequar-se à realidade social onde está inserida, visto haver realidades bastante distintas como, por exemplo, a realidade latino-americana em comparação à realidade dos países centrais.

Dagnino e Dias (2007) questionam, por exemplo, não se tratar de uma incoerência o fato de a produção científica e tecnológica dos países periféricos serem tão similares à dos países centrais, tanto no que diz respeito à sua geração, quanto ao uso pretendido. Não cabe aprofundar tal discussão neste trabalho. Apenas a inserimos brevemente, pois ela permite uma análise crítica com relação à reestruturação produtiva analisada no próximo tópico.

3.1 – Reestruturação produtiva e precarização do trabalho no Brasil

A reestruturação produtiva no Brasil teve início na década de 1980 a partir da inserção de novas tecnologias, da robótica e da automação que, ao transformar consideravelmente nosso parque industrial e de serviços, visando integrá-los às novas configurações do mercado mundial, resultou também numa flexibilização das maneiras de se produzir.

Até então, o fordismo e o taylorismo reinavam absolutos com sua forma de produção seriada ditada pelo ritmo do cronômetro. A partir daí, outros processos produtivos começam a ser introduzidos, em alguns casos mesclando-se com os anteriores, dando origem ao neofordismo e neotaylorismo e, em outros casos, até mesmo substituindo-os, tais como as experiências japonesas (ANTUNES, 2002).

A partir da década de 1990, respectivamente com as políticas de governo de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso, as empresas nacionais se vêem cada vez mais expostas à concorrência externa, o que leva à intensificação da reestruturação produtiva iniciada na década anterior. Paralelamente aos Programas de Qualidade Total e Reengenharia iniciam-se as terceirizações de serviço.

Estas medidas vão, pouco a pouco, levando à redução dos postos de trabalho fabril e ao favorecimento da heterogeneização e complexificação da classe trabalhadora a partir da subproletarização do trabalho, vivenciada através de novas formas de precarização (ANTUNES, op. cit.). Contudo, são também responsáveis pelo incremento na produtividade com o investimento, por parte dos empregadores, em educação e treinamento dos empregados para a implantação dos “times de produção” ou “células de trabalho” – formas de gerenciamento participativo que visam o envolvimento do operário, favorecendo a acumulação com base na mais-valia relativa. É preciso deixar claro que

[...] boa parte do esforço empresarial direcionado ao treinamento destinava-se a programas comportamentais ou motivacionais, que se caracterizam basicamente pela preocupação em despertar nos trabalhadores uma postura cooperativa com relação às estratégias gerenciais e que não podem ser confundidos com treinamentos destinados a formar trabalhadores mais qualificados (LEITE, 2003, p.81).

É neste momento que o modelo organizacional japonês se difunde com a inclusão de métodos e técnicas como o *just-in-time*, o *kanban*, os círculos de controle de qualidade (CCQs), controle de qualidade total (CQT), entre outros. A corrida do empresariado nacional para a obtenção do ISO 9000, necessário à exportação de mercadorias, fez com que o Brasil se tornasse em 1995 o primeiro país em certificados na América Latina (ALVES, 1998).

A adoção do modelo japonês em detrimento de outros possíveis, como o sueco ou italiano, explica-se não somente por questões econômicas, devido ao enorme sucesso em seu país de origem, mas também por razões políticas. Este modelo, através das formas de manipulação dos trabalhadores, não se configura enquanto “modelo de antagonismo, de conflito e de negociação, mas de cooperação e de envolvimento incitado do trabalhador”, o que reduz drasticamente, juntamente com a terceirização, o poder de mobilização sindical (ALVES, op. cit., p.142).

Quanto à terceirização, forma de descentralização produtiva e envolvimento entre empresas, esta se deu basicamente através de dois modelos conforme Gitahy (1994), citado por Alves (op. cit., pp.143-144). O primeiro modelo, “autêntico”, através do esforço entre grandes e pequenas indústrias, buscava qualificar os fornecedores aumentando a qualidade dos produtos. O segundo modelo, “espúrio”, partia de uma estratégia de confronto em que o antagonismo com empregados e movimento sindical era mantido, à medida que, intensificava-se a precarização e instabilidade. Enquanto o primeiro estabelecia uma relação do tipo ganha-ganha, no segundo, ao contrário, a relação era do tipo ganha-perde, modelo que logo se transforma em regra e não exceção em nosso capitalismo tardio.

É neste contexto que muitas cooperativas de produção surgem, dentre elas aquelas conhecidas como “coopergatos” ou “cooperfraudes” (OLIVEIRA, 2006) que, distanciando-se dos preceitos cooperativistas, assemelham-se a uma empresa capitalista, fundadas em relações verticais, em geral autoritárias, e na supressão de direitos trabalhistas.

No contexto das modificações vivenciadas no trabalho industrial e no setor de serviços com a conjuntura da reestruturação, a força de trabalho feminina traz dados relevantes. O primeiro diz respeito ao seu aumento em praticamente todos os países, exercendo forte influência em muitas economias. O segundo diz respeito à sua precarização.

A participação das mulheres no trabalho em domicílio ocasiona, em muitos casos, uma confusão feita com a dinâmica familiar. Para Telles (1994), o trabalho feminino nesta condição propicia uma espécie de extensão das funções domésticas, devido tanto à ausência de direitos trabalhistas quanto à falta de melhor definição do trabalho.

A indústria de calçados do Rio Grande do Sul e a indústria de confecção do Rio de Janeiro representam dois fortes exemplos brasileiros desta forma de precarização. Uma vez sem registro na carteira de trabalho e, ainda, obrigadas a contribuir como autônomas para terem o direito de prestar serviço, várias mulheres arcam com os custos da produção. Entre as partes – empresas e trabalhadoras – configura-se uma relação de compra e venda de serviços e não empregatícia (RAMALHO, 2002).

Considerando a exposição feita até aqui, sob o prisma da teoria neoliberal, pergunta-se: é possível que uma economia regida principalmente pela produção de mercadorias possa servir à emancipação humana? O constructo teórico marxiano já nos mostrou que não quando desmistificou o lado oculto da teoria da economia política clássica: a propriedade como um direito de apropriação sobre um trabalho alheio não-pago.

Sader (1999), ao fazer um balanço do século XX, enumera alguns aspectos que demonstram a deteriorização do aspecto social no Brasil. O

analfabetismo atingia no final do século 8% dos brasileiros sendo que, dos letrados, a maior parte encontrava-se na situação de analfabeto funcional. A concentração de terra, em que 165 milhões de hectares encontrava-se nas mãos de 50 mil latifundiários, ao passo que aos 3 milhões de pequenos produtores rurais cabia a divisão de 10 milhões de hectares, deixava mais de 20 milhões de cidadãos sem dispor sequer de energia elétrica. O índice de mortalidade infantil era enorme, explicado, dentre outros fatores, pelo fato de apenas pouco mais de 40% da população dispor de serviço de saneamento básico.

Enquanto até a década de 1980 dois terços dos trabalhadores eram assalariados, a maioria com carteira assinada, na década seguinte o índice de assalariamento reduziu à metade, tendo poucos indivíduos com registro carteira. A previsão de desemprego para 1999 era de assustadores 10% da população economicamente ativa. Com a queda do emprego formal a marginalização entre os trabalhadores expandiu, tornando maioria os trabalhos precários, sem direitos ou proteção, inclusive o trabalho infantil (SADER, op. cit.).

Este quadro desolador do final do século XX parecia deixar tristes perspectivas para o novo século, ainda mais com o predomínio por um razoável período de tempo da idéia de não haver alternativas ao capitalismo devido à inserção eficaz da globalização neoliberal a partir da derrocada da social democracia e do modelo soviético. No entanto, de acordo com Santos e Rodríguez (2005), nos primeiros anos do século XXI o ativismo por uma globalização contra-hegemônica renasceu dando início à elaboração de novas alternativas com vistas a práticas e formas de sociabilidade anticapitalista.

O conjunto de tais alternativas, que continua a se desenvolver, não é grandioso quanto as formas autoritárias de socialismo real presenciadas no século XX, assim como também não apresenta alicerce tão ambicioso quanto o da crença na inevitabilidade histórica do socialismo; procura sim sobreviver num contexto de domínio capitalista. Ainda sim, tratam-se de alternativas viáveis e com relevante potencial emancipatório frente a três grandes aspectos negativos produzidos pelo capitalismo: a desigualdade de recursos e de poder; o

empobrecimento de formas de sociabilidade diante das relações de concorrência impostas pelo mercado; e a destruição da natureza devido à exploração intensa dos recursos naturais.

Inseridas nestas alternativas encontram-se as OTAs que, conforme Santos e Rodríguez (op. cit., p.29)

[...] não apontam apenas para a remuneração igualitária dos trabalhadores-donos das empresas cooperativas, mas também para a criação de formas de sociabilidade solidárias baseadas no trabalho colaborativo e na participação democrática na tomada de decisões sobre as empresas.

É neste modelo de organização cuja gênese, como apresentaremos brevemente a seguir, encontra-se imbricada ao início do próprio capitalismo – mais especificamente à Revolução Industrial – que está inserida a cooperativa de captação, triagem e distribuição de resíduos sólidos, objeto desta pesquisa.

3.2 – Breve histórico do cooperativismo

No capitalismo a competição na economia promove efeitos sociais desastrosos, pois gera uma desigualdade crescente. Se, ao contrário, houvesse uma economia em que prevalecesse a solidariedade em detrimento da competitividade partilharíamos, uma sociedade mais justa e igualitária. Para Singer (2006, p.9), uma maneira de viabilizar tal economia seria através da “associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais”.

Embora haja certa tendência em se considerar o capitalismo como um fenômeno inexorável devido a seu enorme potencial na determinação das sociedades modernas, formas solidárias de organização econômica não representam algo novo. As raízes do cooperativismo datam das primeiras décadas

do século XIX e, ao se confundirem com o crescimento do próprio capitalismo, surgem como forma de reação à situação de pobreza enfrentada pelos artesãos, conseqüência da organização fabril de produção.

A exploração do trabalho nos primórdios da Revolução Industrial não poupava sequer crianças e era tão drástica que chegava a ameaçar a própria reprodução do proletariado. A partir deste quadro, não apenas intelectuais inspirados por uma consciência cristã começam a elaborar programas sociais, como também alguns proprietários e dirigentes industriais percebem a necessidade de proporcionar melhores condições aos trabalhadores, inclusive em forma de leis.

Um nome de destaque neste contexto é o do britânico Robert Owen (1771-1858), um filantropo proprietário de um complexo têxtil em *New Lanark*. Considerado o “profeta do movimento cooperativo” (MAURER JÚNIOR, 1966, p.26), Owen não se limitou às reflexões conceituais a respeito deste novo ideal, mas, principalmente, influenciou sobremaneira seus sucessores e adeptos através de ações surpreendentes para sua época, em benefício de seus empregados, tais como a redução da jornada de trabalho, a proibição do trabalho infantil, a construção de armazéns para que os trabalhadores pudessem adquirir produtos a preços baixos e o oferecimento de educação tanto aos adultos quanto a seus dependentes, por considerá-la essencial à elevação do homem.

Em 1815, após o encerramento das guerras decorrentes da Revolução Francesa, a economia britânica entra em profunda depressão devido ao declínio pela demanda de produtos armamentistas e, conseqüentemente, devido ao declínio da própria indústria civil.

Ao diagnosticar corretamente esta situação e considerar a reinserção dos ociosos na produção como medida necessária à sua solução, Owen apresenta ao governo seu plano de construção de Aldeias Cooperativas, ação que considerava melhor que a mera distribuição de fundos aos desamparados, visto que, com isso, eliminar-se-ia a ociosidade possibilitando uma rápida recuperação financeira. Contudo, o governo britânico se nega a

implementar este plano por considerá-lo radical, visto que o mesmo pressupunha a extinção das empresas pautadas no modo de produção capitalista, uma vez que, passaria a prevalecer a troca entre produtores.

Enquanto isso, na Inglaterra surgem vários experimentos cooperativistas influenciados pelo pensamento owenista, tendo sido registrado até 1830 a existência de mais de 300 unidades (SINGER, op. cit.). Com isso, os movimentos sindicais e a classe trabalhadora assumem o owenismo utilizando as cooperativas como verdadeiras armas durante as greves.

Se, de um lado, Owen ficou conhecido como um nome expoente do socialismo utópico; de outro, suas ações práticas voltadas à construção de uma sociedade melhor, organizada sobre princípios de justiça e fraternidade, tomaram corpo a partir de sua relação com o movimento operário organizado, e não propriamente através de patrocinadores abastados.

Suas idéias tiveram tamanha repercussão na Inglaterra que resultaram numa experiência de renovação social em meados do século XIX. Como anteriormente dito, diversas tentativas de construção de organizações cooperativas surgiram, porém, por falta de alicerce seguro, a maioria limitou-se ao entusiasmo inicial. Das que sobreviveram e se fortaleceram uma merece destaque, a cooperativa de consumo dos Pioneiros Eqüitativos de Rochdale.

Fundada no ano de 1844, por um grupo de 28 operários na cidade inglesa de Rochdale, então importante centro têxtil do norte da Inglaterra, a cooperativa dos Pioneiros representa o berço de todo o movimento cooperativista, título justificado pela maturidade de seus princípios e métodos administrativos que lhe garantiram uma capacidade de sobrevivência sem precedentes.

Com pelo menos metade de seus fundadores inspirados no owenismo, a origem de tal associação deve-se fundamentalmente ao fracasso de uma greve dos tecelões nos anos anteriores e, conseqüentemente, à necessária busca por sobrevivência diante de uma situação de pobreza. Assim, alguns trabalhadores uniram forças e começaram a construir uma cooperativa fiel ao ideário socialista.

O objetivo central da Sociedade era o de estabelecer medidas que garantissem renda e boas condições de vida a seus membros e dependentes. Isto se dava através do acúmulo de capital necessário para a realização dos seguintes projetos: abertura de um armazém para compra e venda de utensílios de primeira necessidade, como alimentos e roupa; compra ou construção de moradia; produção manufatureira de produtos e também aquisição ou arrendamento de terras cultiváveis para ajudar membros desempregados ou em situação de constantes reduções salariais; o estabelecimento de uma colônia auto-suficiente; a constituição de fundos para proporcionar bibliotecas e outros meios de instrução visando ao aperfeiçoamento intelectual dos membros e seus familiares; entre outros.

Tais proposições demonstram, de forma clara, a envergadura do projeto já em sua fase inicial. Oito princípios fundadores elaborados naquela ocasião servem até hoje de referencial para o movimento cooperativista⁴. São eles:

1. Direito de um voto para cada membro nas decisões, independentemente do investimento inicial, o que garante a primazia do trabalho sobre o capital, diferentemente do que ocorre nas sociedades anônimas;
2. “Portas abertas”, ou seja, aceitação irrestrita de novos adeptos a partir de uma cota mínima de participação. Tal princípio garantiu o crescimento da cooperativa sem que houvesse a perda de seu caráter cooperativo, diferentemente de outras cooperativas que, por não adotarem este princípio, tinham suas cotas de capital valorizadas o que estimulava sua venda, por parte dos sócios, a investidores capitalistas;
3. Pagamento de uma taxa de juros fixa sobre o capital emprestado. Tal princípio, cuja ação prática se dava em decorrência do lucro obtido, garantia uma remuneração limitada aos investidores e, conseqüentemente, uma sobra;

⁴ Maiores detalhes sobre a história do cooperativismo, inclusive outros berços do movimento como Suíça, Alemanha e França, podem ser consultados em Singer (2006) e Maurer Júnior (1966).

4. Divisão das sobras entre os membros proporcionalmente ao valor de suas compras, um estímulo à utilização dos serviços oferecidos pela Sociedade que, para sua sobrevivência, necessitava tanto de capital quanto de usuários (exclusivamente sócios);
5. Vendas sempre à vista para proteger a cooperativa da inadimplência dos sócios durante períodos de crise. Tal princípio servia para garantir a saúde financeira da cooperativa e, ao mesmo tempo, transmitir uma educação econômica aos sócios no sentido de poupar e evitar dívidas;
6. Venda sempre de produtos puros e de boa qualidade. Hoje obsoleto devido à fiscalização pública, este princípio garantia a compra de produtos de boa qualidade num momento em que era comum o comércio de produtos ruins devido aos baixos salários da maioria dos operários;
7. Educação dos membros nos princípios cooperativistas. Este princípio, assim como o terceiro, é fruto do pensamento owenista. Para Owen, o homem era o reflexo da educação que recebia e, portanto, viver a partir do propósito cooperativista significava ser educado nele;
8. Neutralidade a respeito de questões políticas e religiosas evitando-se discriminações e exclusões diante de convicções distintas. Um complemento ao segundo princípio.

Embora tais princípios não fossem desconhecidos à época, jamais haviam sido aplicados em conjunto. Esse diferencial garantiu ao negócio dos Pioneiros uma vida duradoura tanto em termos econômicos, quanto em termos de ideal social trilhado.

Após este breve relato do nascimento do cooperativismo, será abordado no próximo tópico alguns aspectos da discussão acadêmica atual acerca do movimento social da Economia Solidária e, também, os potenciais elementos de manifestação e disseminação de formas solidárias de cultura encontrados no cotidiano das OTAs, assim como seus impasses.

3.3 – Economia e cultura solidárias

Por Economia Solidária entende-se um amplo movimento social que abrange diversas formas de experiências associativas de caráter econômico, social e político. Para alguns, trata-se de um fenômeno antigo, relacionado às experiências cooperativistas do início do século XIX, para outros, trata-se de algo novo, cuja origem se deu a partir da crise econômica e cultural do final da década de 1960, em que a busca por melhores condições de vida obteve grande destaque.

Do ponto de vista da capacidade da Economia Solidária sobreviver e crescer diante do contexto capitalista em que está inserida encontram-se, de um lado, os críticos do movimento e, de outro lado, seus defensores.

Leite (2009), ao delimitar a discussão teórica acerca do movimento e apontar alguns pesquisadores e seus diferentes posicionamentos, mostra que para o primeiro grupo, o movimento representa algo destituído de importância social, visto que apenas se manifesta em períodos de crise do capitalismo.

O posicionamento deste grupo caminha para o sentido de que o movimento carrega uma forte tendência ao fracasso tão logo se encerre um período de crise do capital, seja devido à falta de disciplina e engajamento por parte dos envolvidos, seja devido à baixa capitalização dos empreendimentos e falta de capacitação necessária à gestão dos negócios.

O segundo grupo, não desconsiderando os limites do movimento, compartilha uma leitura oposta ao anterior ao apostar nas potencialidades para a transformação do social e também na dimensão que o movimento vem adquirindo em âmbito mundial.

Dentre as experiências deste movimento, algumas geram trabalho e renda – por exemplo as cooperativas populares, um tipo de OTA. Ao fazê-lo, configuram-se como alternativas coletivas de luta pela sobrevivência diante do

quadro de desemprego proporcionado pela racionalidade capitalista, e isso traduz-se em resultado extremamente positivo aos desempregados, visto que, do contrário, além de uma ameaça material, o desemprego contribui para a construção de uma visão do indivíduo a partir de uma negatividade (OLIVEIRA 2001), o que reduz sua auto-estima, aumenta as possibilidades de transtornos psíquicos e tem impacto direto na qualidade de vida.

As OTAs, uma vez inseridas num contexto social capitalista, enfrentam diversas dificuldades, por exemplo as relações com o mercado, no entanto, despontam como novas formas de sociabilidade que, através da manifestação de uma cultura solidária, possibilitam a recuperação da dignidade e auto-estima das pessoas envolvidas na medida em que superam os interesse de ordem exclusivamente material buscando formas de relação social e econômica que priorizem o ser humano.

Por cultura solidária entende-se a prática de interações sociais baseadas na solidariedade, oposto das interações competitivas, em particular daquelas que geram exclusão. A cultura solidária pressupõe que se trabalhe constantemente as diferenças e principalmente o respeito pelo outro. Como não há fórmulas prontas e simples para isso, o processo pode ser trabalhoso e lento, mas, se o respeito mútuo existir, cada um poderá contribuir para melhorar o outro em seu inacabamento (OLIVEIRA, op. cit.).

Certamente que este caminho não significa ausência de conflitos. Por um lado, se as cooperativas definem-se como “um *projeto* e um *processo*, que apontam para uma prática política de transformação”. Por outro lado, a adesão coletiva voltada para o cultivo da solidariedade talvez represente o principal desafio deste projeto, uma vez que, não fomos educados predominantemente para sempre considerar o outro em nossas ações e relações. (OLIVEIRA, op. cit., p.55).

A participação, enquanto elemento para se chegar ao diálogo e à alteridade, é de grande importância para a sociabilidade humana. Se, como dito anteriormente, não recebemos uma educação para valorizar sempre o outro,

através de práticas participativas pode-se construir um diálogo efetivo e verdadeiro.

Conforme Gutierrez (2004, p. 10):

Mesmo numa época de forte retrocesso das conquistas trabalhistas, como foram as últimas décadas, este retrocesso não parece ter se transformado numa recuperação da idéia do autoritarismo e das suas práticas características, nem no campo das idéias, nem tampouco na realidade cotidiana das pessoas, pelo menos em larga escala. Ou seja, a participação como um elemento importante da civilidade parece ainda ocupar seu espaço no campo da política, do ensino, das organizações produtivas e da sociabilidade em geral.

O uso da participação, contudo, deve considerar certos cuidados. Em contextos específicos, articulações mal intencionadas podem redirecionar os objetivos para caminhos perversos.

Vejamos este movimento em exemplos (GUTIERREZ, 2004, p.11):

1. Durante um debate entre grupos distintos, um percebe que seus interesses serão derrotados, frente a isso apela para a consulta de novos sujeitos, adiando o que parecia inadiável. Assim, uma decisão justa e majoritária pode ser adiada em decorrência da instrumentalização da participação;
2. Em decisões construídas a partir de votação, em que cada pessoa tem direito a um voto, a vitória é sempre total. Perdedores não levam nada. Apesar de poder haver consensos em dados contextos, na prática é mais comum o massacre das posições minoritárias;
3. A participação pressupõe trabalho e aprendizado. Como os indivíduos são diferentes, o aprendizado de um pode ser mais rápido que o de outro o que faz com que sua participação seja mais eficiente. Isso pode fazer com que a participação deixe de ser o meio para que se desenvolva uma ação coletiva de forma democrática, tornando-se um fim em si mesma;

4. O direito a um único voto para cada um não é garantia de mesmo poder de participação. O poder e a influência de determinados sujeitos ou grupos podem interferir ou até condicionar o processo de tomada de decisões;

Diante destes exemplos e refletindo sobre eles do ponto de vista de uma organização burocrática, em que pessoas se sobrepõem às outras através de uma relação hierárquica e formal para se atingir a fins determinados, como privilégio econômico, a existência de assembleia no contexto autogestionário necessita de uma constante reflexão por parte de todos os sujeitos envolvidos para que não se torne apenas num instrumento obrigatório, enfadonho e desprovido de sentido para alguns, quiçá a maioria.

Considerando as dimensões política, organizacional e individual referentes à questão da participação e apoiando-se nos constructos de Habermas, Kohlberg e Bion, Gutierrez (2004, p.58) conclui que:

A possibilidade de construir um plano consensual de ação, por meio do diálogo, pode depender não só da alteridade de cada uma das pessoas envolvidas, mas também do estágio de desenvolvimento dos juízos morais dos participantes e do estado emocional do grupo de trabalho naquele momento específico.

Devido ao seu potencial à superação de formas de desigualdade, injustiça, privilégio, entre outros, a participação apresenta-se como um aspecto fundamental dentro de uma OTA desde que sempre sejam consideradas as questões, anteriormente mencionadas, a ela relacionadas.

Para além da ajuda mútua que os próprios indivíduos realizam ao se inserirem em uma alternativa coletiva de luta por melhores condições de vida, o cooperativismo recebe apoio de grupos que intervém junto às parcelas pauperizadas da população com o intuito de reduzir o quadro de extrema miséria.

Destes grupos destacam-se as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as Sociedades Amigos de Bairro (SABs) e as ITCPs. As duas primeiras

possuem forte vínculo com a Igreja Católica e comumente elaboram e aplicam projetos para facilitar a reinserção de desempregados ao mercado de trabalho.

Nestes projetos, não apenas cursos são oferecidos. Muitas vezes são formadas frentes de trabalho que, em alguns casos, representam o próprio nascimento de cooperativas populares, tal como se deu com aquela por nós estudada nesta pesquisa.

As ITCPs, presentes em algumas Universidades, representam formas de ação institucionalizadas em que integrantes da comunidade acadêmica (professores, estudantes e funcionários) se articulam também visando a organizar populações carentes em cooperativas de trabalho.

Uma crítica acerca destas formas de apoio anteriormente mencionadas diz respeito à capacidade de sobrevivência, por parte das cooperativas, após este suporte inicial.

Conforme Gutierrez (2004), muitas cooperativas criadas com o apoio de ITCPs prestam serviços à própria Universidade ou à prefeituras e órgãos públicos. Deste modo, sua existência depende da permanência de contratos entre as partes o que acaba por representar uma forma de intervenção assistencialista.

Quijano (2002), citado por Leite (2009), ao analisar a possibilidade de considerar as cooperativas como sistemas alternativos de produção, defende pontos de vista desfavoráveis. Segundo ele, quase todas as organizações da Economia Solidária se desintegram ao perderem a ajuda financeira externa. As poucas que sobrevivem distanciam-se dos princípios cooperativistas e de uma ética de solidariedade e transformam-se em pequenas ou médias empresas.

Outra crítica ao cooperativismo está no fato de que, ao transformar trabalhadores em cooperantes, pode-se estar contribuindo ainda mais para a precarização das relações de trabalho, já em processo bastante acelerado. Como cooperantes os trabalhadores não possuem direitos empregatícios garantidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), tais como o décimo terceiro salário, as férias remuneradas, o fundo de garantia por tempo de serviço, o vale transporte entre outros.

Apesar das críticas anteriormente mencionadas que, sem dúvida, não são infundadas, os pontos favoráveis tem sido suficientes para garantir a melhoria de vida de muitos homens e mulheres que trabalham em inúmeras OTAs encontradas pelo país.

Muitos desempregados encontraram neste tipo de organização a segurança suficiente para poderem novamente planejar suas vidas e de suas famílias. Do ponto de vista material, o fato de poder contar mensalmente com uma renda contribui consideravelmente para essa segurança.

Do ponto de vista da integridade física também ocorre um favorecimento. Por mais comum que possa parecer aos olhos daqueles que sempre tiveram estabilidade profissional, ter um local fixo de trabalho e protegido contra o tempo (chuva, sol, frio) representa muito na vida de muitos trabalhadores. É comum no cotidiano dos grandes centros urbanos nos depararmos com catadores de reciclados pelas ruas. Perambulando sozinhos, empurrando pesadas carroças improvisadas, não dispõem de quaisquer equipamentos básicos de proteção, como luvas para o manuseio dos resíduos.

Quanto aos elementos garantidos pela CLT que, a priori, os cooperandos também não possuem, a situação torna-se ainda mais desfavorável para aqueles que buscam formas isoladas de trabalho, como os catadores anteriormente mencionados, pois, não se trata de uma tarefa simples realizar um planejamento econômico nesta condição. Em muitas OTAs, a organização coletiva possibilita a criação de alternativas para o usufruto dos direitos que não dispõem por não serem celetistas, por exemplo, os fundos de reserva para o gozo das férias remuneradas.

Estes pontos favoráveis garantem também algo de grande importância para os indivíduos, sua integridade mental. O trabalho num ambiente saudável, tanto do ponto de vista físico, quanto do ponto de vista das relações nele estabelecidas, favorece a elevação da auto-estima, ou seja, uma avaliação subjetiva positiva de si mesmo.

O oposto pode ser verificado quando não se tem um ambiente físico apropriado ou quando as relações profissionais se estabelecem de forma vertical, através de cobranças, punições e constrangimentos. Isso possibilita uma avaliação subjetiva negativa que, em casos extremos, pode fazer com que a própria dignidade como ser humano se deteriore.

A autonomia, enquanto capacidade interna de determinação e não uma simples auto-afirmação espalhafatosa, representa outro fator positivo que pode aflorar num contexto de trabalho democrático, como na autogestão. Num ambiente em que as relações estabelecidas são horizontais, ou seja, em que todos possuem os mesmos direitos de se expressar, as possibilidades de se chegar a um consenso entre auto-afirmação individual e bem-estar social ampliam-se. Para Betelheim (1978, p.63), isso “[...] propicia uma crescente consciência de liberdade e constitui a base para o aprofundamento do sentido de identidade, respeito próprio e liberdade interior do homem [...]”.

Uma maior autonomia, por sua vez, favorece a participação nas tomadas de decisão, algo de extrema importância para a manutenção saudável de um ambiente verdadeiramente autogestionário. É claro que maior participação implica diretamente mais compromisso e mais responsabilidade e nem todos estão preparados para assumir este custo. Muitas pessoas acostumaram-se em se deixar levar pelos outros, pois desde cedo foi esta a educação que receberam. No entanto, se em algum momento esta barreira começar a ser superada, o ganho para o indivíduo e para o coletivo do qual faz parte é alto, pois, somente com maior participação, questionamento, reflexão é possível melhorias nas esferas psicológica, social, econômica e política.

Segue agora a apresentação, análise e discussão dos dados obtidos na cooperativa selecionada para estudo de caso.

CAPÍTULO 4 – ESTUDO DE CASO: A COOPERATIVA NOSSA SENHORA APARECIDA

Oficialmente fundada em novembro de 2000, a cooperativa Nossa Senhora Aparecida resulta de um dos projetos sociais elaborados a partir de 1998 pelo Grupo de Apoio ao Desempregado (GAD) da Paróquia homônima à mesma. Ratifica-se, assim, o trabalho de Igrejas – em particular a Católica – como entidades de apoio, juntamente com universidades e sindicatos, à reinvenção da Economia Solidária (SINGER, op. cit.).

Em julho de 1999 o GAD patrocinou um curso de cooperativismo e reciclagem de materiais para aproximadamente 25 pessoas. Os conceitos e informações desenvolvidos durante o curso destacaram as vantagens tanto da reciclagem, enquanto forma de conservação do meio ambiente e geração de trabalho e renda, quanto da associação de indivíduos em cooperativas, como forma solidária de negócio (PROJETO RECICLAR, 2008). Este curso serviu como base para a construção da cooperativa no ano seguinte através do Projeto Reciclar. É interessante destacar que, entre os associados, este é o nome mais utilizado quando se referem à cooperativa.

A área construída da sede da cooperativa foi aos poucos recebendo ampliações através de recursos próprios e doações da comunidade. Atualmente compreende um galpão de 80m² onde é feita a triagem dos materiais coletados, um galpão de 60m² para prensagem e estocagem, além de refeitório, banheiros e uma sala administrativa.

Os cargos dividem-se em presidência, vice-presidência, diretor financeiro, diretor operacional. Como funções tem-se: coordenador, motorista, coletor, alimentador (interno e externo), triador, prensista e estocador. Os quatro cargos representam o setor administrativo. As seis últimas funções representam o setor produtivo. Ao coordenador cabe a função de executar tanto de tarefas

administrativas quanto produtivas funcionando como elo entre os trabalhadores de um e de outro setor.

A matéria prima utilizada provém basicamente de duas fontes. Quarenta por cento é entregue pela empresa terceirizada pela Prefeitura Municipal de Campinas para efetuar a coleta seletiva no município, e o restante é coletado com veículo próprio em condomínios residenciais e empresariais através de convênios firmados entre as partes.

A área de atuação do Projeto Reciclar abrange 12 bairros do entorno, o que é suficiente para garantir matéria prima para além da capacidade operacional da cooperativa, conforme seu espaço físico e número de trabalhadores. Hoje estima-se uma circulação de 100 toneladas/mês de resíduos.

A jornada de trabalho é dividida em dois turnos de 6 horas de segunda a sábado, o primeiro das 7 às 13h e o segundo das 13 às 19h, ambas com intervalo de 20 minutos para lanche, e um terceiro turno das 19 às 7h com três paradas de 20 minutos e com trabalho de 12 por 36, ou seja, dia sim dia não.

A retirada⁵ mensal durante o ano de 2008 era de aproximadamente R\$ 700,00. A partir de janeiro de 2009 houve queda aproximada de 25% deste valor, um possível reflexo da crise econômica mundial difundida no final de 2008. Em 2010 o mercado se recuperou e a hora de trabalho atingiu um patamar de R\$ 5,00, o que possibilitou uma renda mínima de R\$ 764,43 com base numa carga de trabalho de 152h53m.

Neste mesmo ano, os cooperandos conquistaram dois avanços importantes. O primeiro é um fundo de reserva para utilização no período de férias – até então as férias não eram remuneradas fazendo com que alguns sequer gozassem deste direito; o segundo, um fundo a ser resgatado quando do desligamento definitivo da cooperativa. Juntos representam 10% da retirada mensal sendo livre sua adesão.

A venda dos materiais é negociada através da Central Solidária de Vendas – REICLAMP que agrega nove cooperativas da região que se uniram

⁵ Termo utilizado como substituto do salário na autogestão em que, a priori, não há empregados.

visando fortalecer seu poder de venda diante das empresas de reciclagem. Nem sempre era possível a uma única cooperativa atender às demandas destas empresas.

Através da REICLAMP, as cooperativas envolvidas conseguiram não apenas ampliar suas vendas, mas fazê-lo sem a necessidade de intermediários. Nota-se, assim, a importância da união entre cooperativas com o fim comum de fortalecimento diante do mercado.

Na Economia Solidária, ainda embrionária, a democracia tende a se desenvolver a partir de práticas fundadas na solidariedade. Para tanto, a formação de redes entre os grupos é de extrema importância à medida que, aumento-se as parcerias, há uma redução do isolamento e fortalecimento das ações, aumentando o potencial de desenvolvimento (NUNES, 2004).

Com a finalidade de fornecer ao leitor uma descrição do dia-a-dia de trabalho na cooperativa apresenta-se, a seguir, os serviços realizados de acordo com cada cargo e função, seguindo para este último, na medida do possível, o caminho desde o recebimento dos resíduos até sua venda:

Cargos:

Presidente: representar a cooperativa ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, dentro de seus poderes legais e estatutários; convocar e presidir as Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias e as reuniões do Conselho de Administração; supervisionar as atividades da cooperativa; verificar constantemente o saldo do caixa; assinar cheques, contratos e documentos; cumprir e fazer cumprir as atribuições do Regulamento Interno e as deliberações das Assembleias Gerais.

Vice-presidente: auxiliar o presidente no desempenho de suas funções e substituí-lo quando necessário.

Diretor financeiro: realiza o controle de contas a pagar e contas a receber, fluxo de caixa, tesouraria, análise econômico-financeira para projetos de investimento e precificação dos materiais vendidos pela cooperativa.

Diretor operacional: planejamento, organização e supervisionamento das atividades desenvolvidas no setor operacional, acompanhamento dos resultados de produtividade, negociações de venda dos materiais junto aos compradores. Um dos coordenadores é quem fica responsável também por esta função.

Funções:

Motorista: responsável por levar os coletores até os pontos de coleta, ou seja, até os condomínios que firmaram convênio com a cooperativa.

Na cooperativa, o motorista é o único que recebe um valor fixo de retirada por mês, independente da carga horária realizada. Isto ocorre, conforme nos relatou uma das coordenadoras, devido à dificuldade de se encontrar pessoas para esta função que aceitem uma retirada variável, como o corre de acordo com as horas trabalhadas e o resultado devido a diversos fatores, principalmente a quantidade de material e o preço médio de venda.

Segundo esta coordenadora, a decisão de dar tratamento diferenciado ao motorista ocorreu durante assembleia. Houve a percepção, por parte da maioria dos cooperandos, da importância desta decisão, visto que, o passo inicial de todo o trabalho é justamente obter matéria prima.

Coletor: em geral, dois cooperandos saem no caminhão para o trabalho de coleta. Estes são responsáveis por entrar nos condomínios e empresas conveniados, pegar o material reciclado previamente separado em sacos plásticos e acondicionado em *bags* (grandes bolsas próprias para guardar tais materiais), depositá-los no caminhão e removê-los do mesmo ao chegar à cooperativa, depositando-os em local especificado.

Alimentador externo: uma vez na cooperativa, os materiais que estão condicionados em *bags* são pesados e, em seguida, colocados nas calhas que os levarão à próxima etapa, a triagem. Geralmente dois trabalhadores ficam nesta função por turno. Cada mesa tem uma falha de pesagem porque existe uma meta a ser cumprida por dia.

Triador: cada uma das quatro calhas encerra numa esteira plana, numa altura de aproximadamente 1,5m do chão. Em cada esteira quatro cooperandos separam os materiais por tipo (garrafas de vidro, garrafas pet, metais etc.), dispondo-os em novos sacos plásticos amparados por suportes de metal ao redor e à frente da esteira. Em seguida, estes sacos são fechados e armazenados em baias.

Alimentador interno: após a separação feita pela triagem, o material é guardado em baias separadamente de acordo conforme o tipo.

Prensista: tem a função de compactar os materiais que foram separados e estão armazenados nas baias. O prensista se encarrega por pegar o material na baia, prepará-lo para a prensagem depositando-o no interior da prensa, prensá-lo (para redução e uniformização do volume final), amarrá-lo e pesá-lo na balança.

Estocador: os fardos resultantes da prensagem são organizadamente estocados com o auxílio de uma empilhadeira. Esta também é utilizada para a transferência para o caminhão que o levará ao seu destino final, ou seja, a empresa de reciclagem que adquiriu o produto. Uma ou duas pessoas trabalham nesta função diariamente. Aqui encerra-se o ciclo da produção que iniciou-se com a coleta dos materiais nos condomínios.

Coordenador: comumente duas pessoas assumem esta função. Na última visita feita à cooperativa em julho de 2010, fomos informados que no momento há apenas uma coordenadora, sendo que esta conta com o auxílio de uma secretária. A coordenação executa tarefas administrativas e operacionais. Suas tarefas administrativas são: a organização diária dos trabalhadores da produção, conforme a presença dos mesmos e os turnos de trabalho; a anotação, também diária, da carga horária feita por cada cooperando da produção para o cálculo mensal do valor das devidas retiradas.

A relevância de tal anotação deve-se ao fato de que nem todos os cooperandos estão presentes todos os dias e nem todos os presentes trabalham sempre o turno fixo, podendo trabalhar a mais ou a menos horas de acordo com interesses ou necessidades pessoais, ou ainda, necessidades da própria cooperativa que opera às vezes com baixa, às vezes com alta demanda.

A anotação do trabalho efetivamente realizado por cada cooperando também é uma medida necessária no cotidiano da cooperativa para evitar que ocorram vantagens/desvantagens de uns sobre outros, logo, problemas no relacionamento interpessoal. Por esse mesmo motivo, as retiradas dentro de determinado mês não são iguais entre todos, mas variam conforme a carga horária realizada por cada um.

A coordenação também realiza contatos com compradores externos, visto que também assume o cargo de diretora operacional.

Quanto à produção, os coordenadores também trabalham conforme a necessidade da cooperativa, seja devido à eventual falta de pessoal, seja devido aos períodos de elevada demanda ou, ainda, disponibilidade de tempo entre suas tarefas administrativas.

Por executarem tanto tarefas administrativas quanto operacionais, acabam assumindo um papel de extrema importância para a manutenção de um ambiente saudável no cotidiano da cooperativa do ponto de vista dos relacionamentos. Como já passaram anteriormente pelas funções da produção, entendem os questionamentos e os problemas daí oriundos procurando dirimi-los sempre que possível. Também funcionam como elo entre os setores da administração e da produção, à medida que, por atuarem ora em um ora em outro, ajudam a fortalecer o sentimento de que ambos são igualmente importantes ao funcionamento da cooperativa.

Estes aspectos fazem desta uma função delicada e, em geral, evitada pela maioria em períodos de escolha. Aqueles que a assumem precisam saber lidar com as pessoas e com os conflitos. Para tanto recebem cursos específicos.

Conforme Maria, uma das entrevistadas, “a cooperativa já quase fechou uma vez porque ninguém, além da presidente e da gerente financeira, queria assumir nada”. E continua: “a coordenação é uma função complicada. Quando alguém fica nesta função é bastante criticada. Nem sempre as pessoas entendem e aceitam o que você fala já que não tem patrão”.

Os quatro cargos descritos anteriormente possuem seu quadro alterado através de eleição. As eleições ocorrem de quatro em quatro anos e todos os cooperandos participam com um voto cada. Quanto às funções, há sempre flexibilidade para alterações.

A seguir inicia-se a análise e discussão dos dados obtidos através dos diferentes instrumentos utilizados no decorrer da pesquisa.

4.1 – Análise e discussão dos resultados obtidos

Procurou-se, neste momento, co-relacionar os dados obtidos através dos diferentes instrumentos utilizados na pesquisa para as análises e discussões que se seguem. Assim, dados provenientes de observações e entrevistas foram confrontados com outros obtidos através de fontes estatísticas.

O gráfico 1 demonstra a distribuição por sexo na cooperativa. Das 26 pessoas entrevistadas (aproximadamente 85% dos associados), 20 são mulheres, o que representa 77% da amostra, ou seja, as mulheres representam a grande maioria dos trabalhadores.

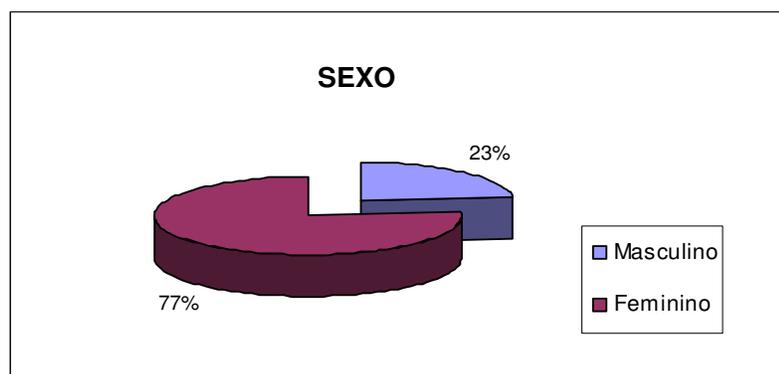


GRÁFICO 1 – Distribuição da amostra quanto ao sexo

Para uma entrevistada, este dado resulta do fato de que os homens preocupam-se mais em conseguir um emprego formal. Nas palavras de Paula, “homem quer registro em carteira, quer uma coisa garantida porque aqui não tem” o que, segundo ela, faz com que vários entrem e saiam rapidamente da cooperativa.

No entanto, durante as visitas, pôde-se constatar que a rotatividade não é grande apenas entre os homens. Muitas mulheres que ingressam na cooperativa, logo saem. Portanto, se a busca por maiores garantias e benefícios pode explicar a alta rotatividade, isto não necessariamente explica a distribuição por sexo verificada.

Algo significativo apontado por outra cooperanda quanto a esta primeira análise está no fato de a jornada de trabalho ser de seis horas por dia. Em uma cultura em que tanto os trabalhos domésticos quanto a tarefa de cuidar dos filhos ainda é predominantemente feminina, um maior tempo para se dedicar a estas tarefas pode explicar, ao menos parcialmente, a distribuição anterior.

A faixa etária dos trabalhadores varia de 22 a 52 anos. É interessante observar, conforme o gráfico 2, que a maior porcentagem está compreendida no primeiro intervalo, de 21 a 30 anos de idade. Este é um demonstrativo da falta de perspectiva por que passam jovens ao defrontarem-se com a dura realidade de um mercado de trabalho flexibilizado.

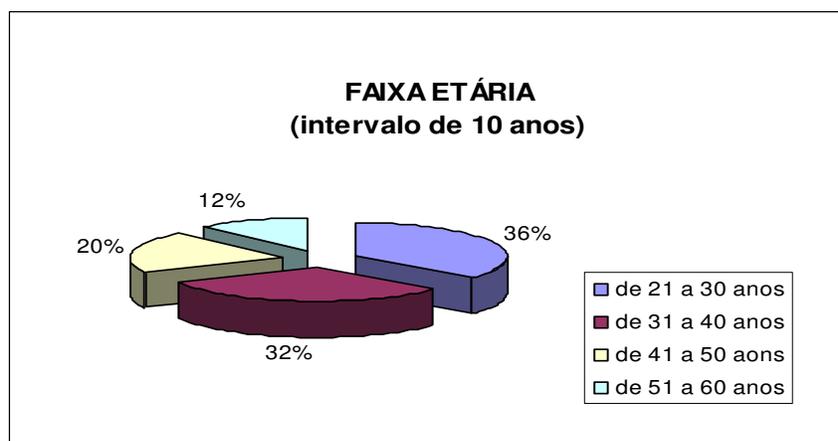


GRÁFICO 2 – Distribuição da amostra quanto à faixa etária

Somando-se os dois últimos intervalos, ou seja, aqueles que compreendem os trabalhadores com idade acima dos 40 anos, enquadram-se 32% dos indivíduos entrevistados, resultado também significativo considerando que, se para os jovens faltam perspectivas, este outro grupo ainda enfrenta outro problema além da falta de perspectiva, que é o da adaptação, obrigatória e nada desprezível, diante da transição de um passado recente em que pessoas planejavam o percurso de uma vida com base num emprego estável, mesmo para os trabalhos mais simples na escala social, para este novo momento que apresenta um futuro incerto para qualquer um.

Sennett (2006), ao discorrer sobre a expressão “capitalismo flexível”, fala sobre o impacto negativo no caráter pessoal diante das novas formas de trabalho, as quais transmitem uma falsa impressão de maior liberdade quando comparadas à rigidez burocrática encontrada em instituições capitalistas de algumas décadas atrás. Para o autor, o que de fato ocorre são novas formas de controle impostas, e não maior liberdade.

Segundo Sennett (2006, p.10):

O termo caráter concentra-se sobretudo no aspecto a longo prazo de nossa experiência emocional. É expresso pela lealdade e compromisso mútuo, pela busca de metas a longo prazo, ou pela prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro. [...] Caráter são os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem.

Sendo o trabalho um importante elemento de organização pessoal no decorrer da vida, sua influência sobre o caráter é igualmente importante. Esta influência torna-se negativa na sociedade contemporânea, considerando que as instituições são constantemente desfeitas e reconstruídas, o que acarreta uma situação de enorme vulnerabilidade às pessoas.

Como exemplo, Sennett (2006, p.22) apresenta os seguintes dados:

Hoje, um jovem americano com pelo menos dois anos de faculdade pode esperar mudar de emprego pelo menos onze vezes no curso do trabalho, e trocar sua aptidão básica pelo menos outras três durante os quarenta anos de trabalho.

Esta realidade, mundial no contexto da globalização, é certamente pior nos países pobres e, nestes, torna-se ainda mais perversa para aqueles indivíduos que, oriundos de uma situação social e economicamente desvantajosa, pouco avançaram no nível de escolaridade, ou então, não tiveram acesso a uma educação de qualidade.

O gráfico 3 – nível de escolaridade – demonstra ser este um problema da maioria dos cooperandos. Metade dos entrevistados (treze pessoas) estudou apenas até o ensino fundamental sendo que, destes, somente dois concluíram este nível. Dos três indivíduos que completaram o ensino médio, nenhum prosseguiu para o nível superior. Apenas um indivíduo da amostra possui formação acadêmica.

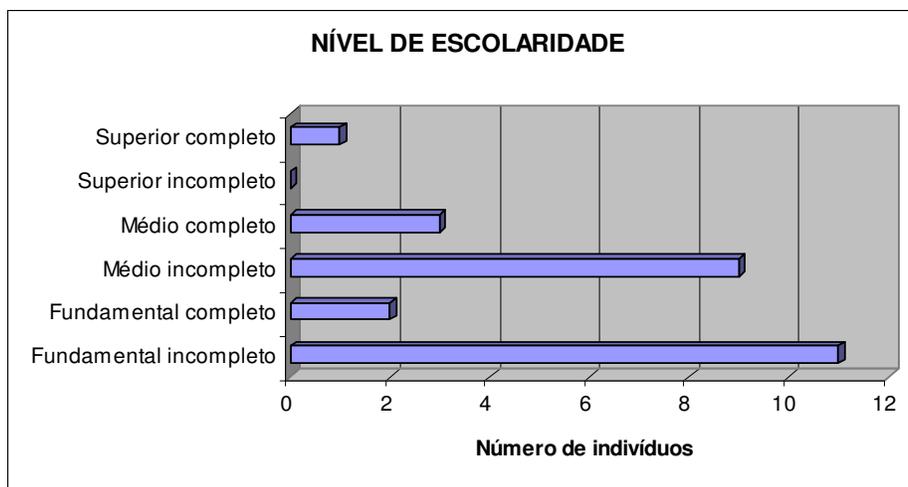


GRÁFICO 3 – Distribuição da amostra quanto ao nível de escolaridade

No gráfico 4 tem-se a distribuição por estado civil. Dentre os indivíduos casados ou que convivem em união estável, e que totalizam 65% da distribuição, quatorze são do sexo feminino. Este número equivale a 70% do total de mulheres da amostra, fato que pode corroborar com a discussão feita, a partir

do primeiro gráfico, sobre a segunda jornada de trabalho feminina, ou seja, as tarefas do lar.

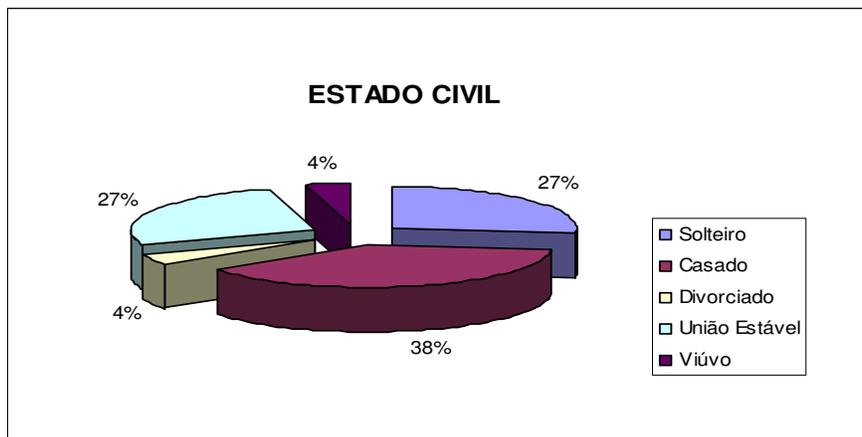


GRÁFICO 4 – Distribuição da amostra quanto ao estado civil

A renda familiar dos cooperandos está representada no gráfico 5. Nota-se que 81% da amostra convivem com uma renda familiar mensal de até R\$ 1.000,00. Destes, pouco menos da metade (47%) convive com R\$ 500,00 ou menos.

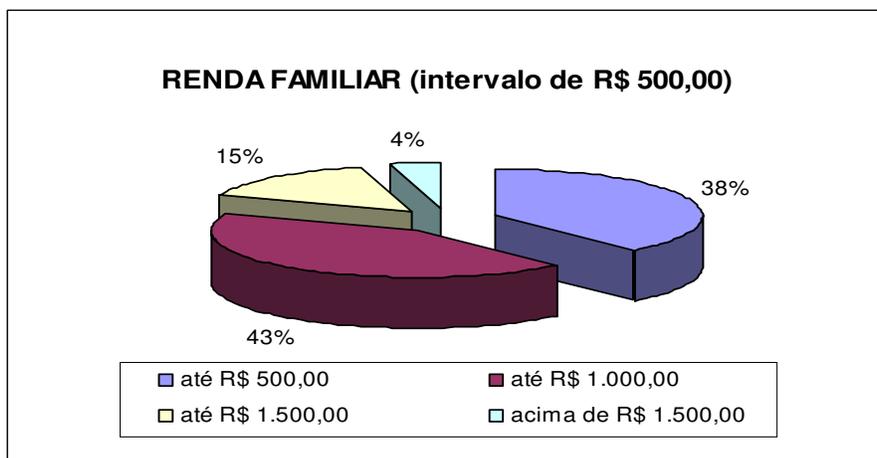


GRÁFICO 5 – Distribuição da amostra quanto à renda familiar

A partir dos dados obtidos com o formulário, verificou-se que o número de integrantes por família encontra-se entre 3 e 4 indivíduos. Sendo, portanto, a renda mensal média por indivíduo de aproximadamente R\$ 290,00.

Para este cálculo anterior é necessária uma observação: o quarto intervalo do gráfico compreende apenas uma família e traz enorme discrepância para a análise, visto que, ao contribuir consideravelmente para elevar o valor da renda mensal média por indivíduo, modifica a real situação de 96% da amostra, ou seja, 83% do número total de integrantes da cooperativa. Contudo, optou-se por não desconsiderá-lo para garantir a fidedignidade dos dados.

Considerando-se agora a renda mensal média aproximada por pessoa para cada intervalo tem-se: R\$ 150,00 para o primeiro, R\$ 170,00 para o segundo, R\$ 340,00 para o terceiro e R\$ 3.200,00 para o quarto intervalo. Estes dados confirmam a necessidade da observação anterior, a respeito da discrepância que o quarto intervalo traz à amostra, pois apresenta uma renda aquém do necessário para garantir segurança e conforto para as famílias que se enquadram num dos três primeiros intervalos.

Todos os valores anteriormente apresentados foram calculados a partir da informação dos próprios cooperandos quando estes responderam o questionário sobre dados pessoais e sócio-demográficos. Portanto, ainda que haja outras fontes de renda a contribuir para o aumento da renda mensal destas famílias, como, por exemplo, os conhecidos “bicos”, aqui não passariam de especulações.

Não desconsiderando o fato de que a renda fruto do trabalho na cooperativa é pequena – em torno de R\$ 500,00 – ainda sim é de extrema importância para a grande maioria dos associados que anteriormente encontravam-se numa situação mais difícil. Isto certamente traz um reflexo positivo para a qualidade de vida destas pessoas.

Entre os indivíduos entrevistados, quando procurou-se saber se o trabalho na cooperativa é melhor do que o trabalho anterior, todos responderam que sim. Como mostra Fernanda, que trabalha há oito anos na cooperativa e

antes coletava reciclado na rua, “aqui é um pouco mais garantido... O pouco que a gente ganha dá pra sobreviver... Em vista do que eu fazia na rua está bem melhor”.

Uma informação interessante obtida com a resposta da Fernanda está no fato de ela não considerar como trabalho a coleta de reciclados na rua, tendo em vista, as condições degradantes deste tipo de tarefa em que as pessoas ficam expostas à situações constrangedoras, de risco à saúde e sem qualquer forma de apoio. A partir disso, é possível perceber a importância da cooperativa para a elevação de sua auto-estima.

Ricardo, que também ajudou a construir a cooperativa e antes trabalhava num lava jato, diz: “a cooperativa deu muitos frutos pra mim. Aprendi bastante coisa, tanto que estou aqui até hoje”.

Pode-se perceber através do discurso dos entrevistados que a opção pela cooperativa não limita-se à renda, mesmo porque se assim o fosse, provavelmente muitos dos integrantes mais antigos já teriam saído, principalmente em momentos de redução no valor da retirada, como ocorreu a partir de janeiro de 2009.

Conforme informado anteriormente, um dos critérios para a seleção dos entrevistados foi que tivessem bastante tempo de trabalho na cooperativa. Isso serviu para confirmar um forte sentimento de pertencimento em algo cujo valor é digno de investimento e aposta, superando o parâmetro apenas financeiro, algo que não ocorre de imediato com os novos integrantes.

Oliveira (2006), em pesquisa realizada em duas cooperativas (Interativa e Coopera), constatou resultado parecido. Para os entrevistados, ambas as cooperativas significavam mais do que somente trabalho. Elas significavam a conciliação entre produção e formas de interação social com ênfase na solidariedade e cooperação, tarefa nada fácil num contexto social em que há o predomínio tanto da competitividade quanto da passividade no que diz respeito à participação social e vivência democrática.

No entanto, também ficou evidente em ambas as cooperativas por ele pesquisadas (OLIVEIRA, op. cit.) a necessidade de tempo para que novos associados começassem a compreender e compartilhar do mesmo sentimento. Neste sentido, o papel da formação torna-se bastante relevante. Uma das entrevistadas atribuiu como sendo os dois principais motivos de investimento em Educação, primeiro a necessidade de a própria cooperativa possuir seus formadores a fim de transmitir aos novos os conhecimentos e valores relacionados ao cooperativismo e, segundo, o interesse coletivo dos membros aumentarem o grau de escolaridade.

No caso da cooperativa Nossa Senhora Aparecida, nota-se ainda não haver ações coletivas voltadas ao estímulo do prosseguimento no ensino formal. A busca neste sentido parece ocorrer de forma isolada por parte de alguns poucos cooperandos. Segundo Paula, falta interesse por parte da maioria.

Quanto aos cursos, segundo alguns entrevistados, estes atualmente não ocorrem com muita frequência e quando ocorrem são para poucos. Porém, já houve momentos em que os cursos eram oferecidos com mais frequência, conforme relato da Paula: “a gente fez muito curso. Curso sobre cooperativismo, sobre primeiros socorros, de tesouraria, de prensa. Teve muito curso.”

No momento, os cursos são oferecidos pelo Centro de Referência em Cooperativismo e Associativismo (CRCA), uma organização não-governamental (ONG) qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), nos termos da Lei nº 9.790 que recebe apoio da Cáritas Arquidiocesana de Campinas. Novamente percebe-se a presença da Instituição Católica ao fomento da Economia Solidária no país.

Juntamente com a ONG Ecologia e Dignidade Humana, o CRCA se encarrega de incubar e assessorar cooperativas populares da região (CRCA, 2010). Os cursos oferecidos pelo CRCA, tais como coordenação, tesouraria, prensista, entre outros, são dados por alguns trabalhadores também de cooperativas populares através de uma ITCP coordenada pela RECICLAMP.

A seguir tem-se a apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos com a aplicação do WHOQOL-abreviado juntamente com mais trechos das entrevistas e observações feitas durante as visitas.

As tabelas de 1 a 6 que se seguem trazem as estatísticas descritivas de cada questão e também dos domínios. São delas os dados extraídos para a criação dos gráficos Box-plot. Para a apresentação dos resultados optou-se pela representação gráfica deste tipo, Box-plot, devido à facilidade na visualização da variabilidade dos dados (Quadros 2 a 7).

Nesta representação, o retângulo corresponde aos 50% dos valores centrais da distribuição. Compreende os quartis 1 (Q1), 2 (Q2) e 3 (Q3), respectivamente: delimitação inferior, mediana e delimitação superior. A distância entre os quartis 1 e 3 é chamada amplitude interquartis (AIQ). O menor valor encontrado abaixo do retângulo e compreendido no intervalo $Q1 - 1,5AIQ \leq \text{valor} < Q1$ é representado através de um traço horizontal ligado ao retângulo por outro vertical que parte do ponto médio de Q1. O maior valor encontrado acima do retângulo e compreendido no intervalo $Q3 < \text{valor} \leq Q3 + 1,5AIQ$ é representado através de um traço horizontal ligado ao retângulo por outro vertical que parte do ponto médio de Q3. Por fim, valores inferiores à $Q1 - 1,5AIQ \leq \text{valor} < Q1$ ou superiores à $Q3 < \text{valor} \leq Q3 + 1,5AIQ$ são valores atípicos, pois destoam da maioria. Para estes, têm-se os círculos, chamados *outliers*, e os asteriscos, chamados extremos. Os *outlier* inferiores e superiores estão compreendidos, respectivamente, nos seguintes intervalos: $Q1 - 2,5AIQ \leq \text{valor} < Q1 - 1,5AIQ$ e $Q3 + 1,5AIQ < \text{valor} \leq Q3 + 2,5AIQ$. Os extremos inferiores e superiores são aqueles abaixo ou acima, respectivamente, de: $Q1 - 2,5AIQ$ e $Q3 + 2,5AIQ$.

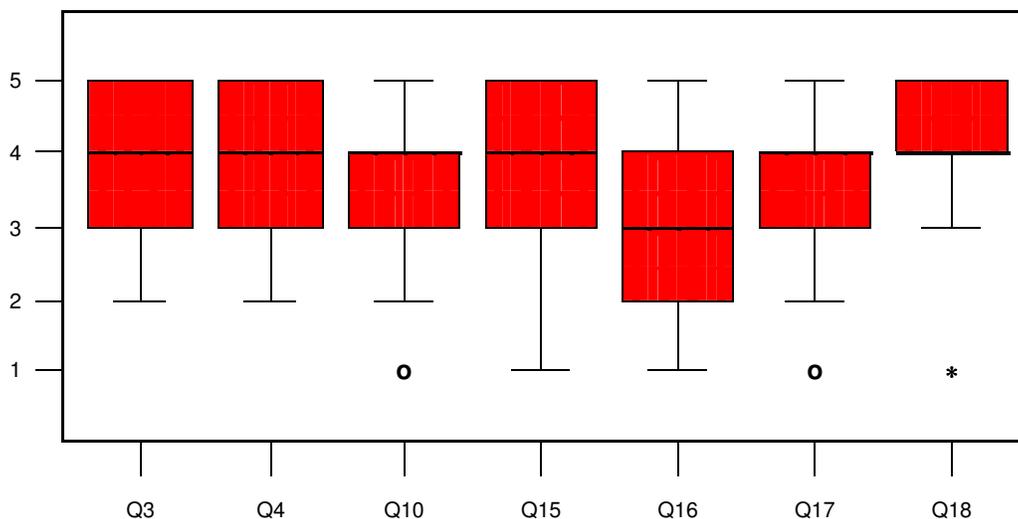
A análise do instrumento priorizou as questões cujo resultado contribuiu de maneira mais significativa para o estabelecimento de relações entre o ambiente de trabalho e a qualidade de vida da amostra.

No quadro 2, a seguir, tem-se a distribuição com relação às questões do domínio físico, conforme dados extraídos da tabela 1.

TABELA 1 - Estatística descritiva (questões domínio físico)

	N	Mínimo	Máximo	Quartil 1	Mediana	Quartil 3	Média	D. Padrão
Questão 03	26	2	5	3	4	5	3,88	1,09
Questão 04	26	2	5	3	4	5	3,77	1,01
Questão 10	26	1	5	3	4	4	3,50	1,12
Questão 15	26	1	5	3	4	5	3,88	1,09
Questão 16	26	1	5	2	3	4	3,00	1,24
Questão 17	26	1	5	3	4	4	3,77	0,97
Questão 18	26	1	5	4	4	5	3,96	0,90

QUADRO 2 – Distribuição da amostra (questões domínio físico)



As questões 10, 16 e 17, que estão diretamente relacionadas com a energia física que os indivíduos apresentam para desenvolver as diversas atividades do seu cotidiano, apresentam resultados inferiores às demais, sendo a questão 16 (Quão satisfeito(a) você está com o seu sono?) a mais desfavorável à QV neste domínio.

Conforme Metzner (2001), não somente a baixa quantidade de exercício físico aumenta a percepção de fadiga, mas também a dificuldade de

manter o sono. O indivíduo com fadiga, por sua vez, tende a demonstrar menor energia física.

Constata-se a partir destas questões que a energia física entre os indivíduos que responderam o questionário varia de satisfatória a média, o que pode relacionar-se com a baixa qualidade de sono verificada na questão 16 e também com a ausência da prática de exercício físico, de acordo com a observação do ambiente e as conversas com os trabalhadores.

Contudo, tal resultado não trouxe interferência sobre a capacidade para o trabalho, visto que, a questão 18 (Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade para o trabalho?) traz como resultado 50% da amostra compreendida entre os valores 4 e 5, ou seja, satisfeito e muito satisfeito, respectivamente. Esta elevada concentração é única dentre as questões deste domínio.

O resultado obtido na questão 3, que diz respeito ao quanto possíveis dores físicas impedem a execução de atividades diárias, apresentou resultado contrário às respostas que obtivemos durante as conversas informais junto aos cooperandos em que grande parte, em particular as mulheres da produção, apresentou relatos de dores na coluna e membros superiores.

Na produção, as funções de alimentador, estocador e triador são executadas predominantemente por mulheres. As duas primeiras podem acarretar problemas à coluna se não executadas de forma adequada, a primeira devido ao posicionamento e a segunda devido ao peso. Quanto à função de triagem, o maior problema está relacionado à elevada repetitividade na movimentação dos membros superiores. Este quadro favorece o aparecimento de doenças crônicas do grupo LER/DORT.

Pode-se concluir que, se, por um lado, as dores físicas ainda não interferem de forma negativa no trabalho desempenhado pelos integrantes da amostra, por outro lado, queixas principalmente por parte das trabalhadoras da produção já são perceptíveis. Este dado corrobora com a informação, apresentada no capítulo 2, de que a incidência de LER/DORT relacionada ao trabalho é de duas a três vezes maior em mulheres do que em homens.

Neste sentido, percebe-se a necessidade de maior informação com relação ao posicionamento corporal adequado de acordo com cada função, bem como o desenvolvimento permanente de exercícios físicos neste ambiente, tais como a ginástica laboral.

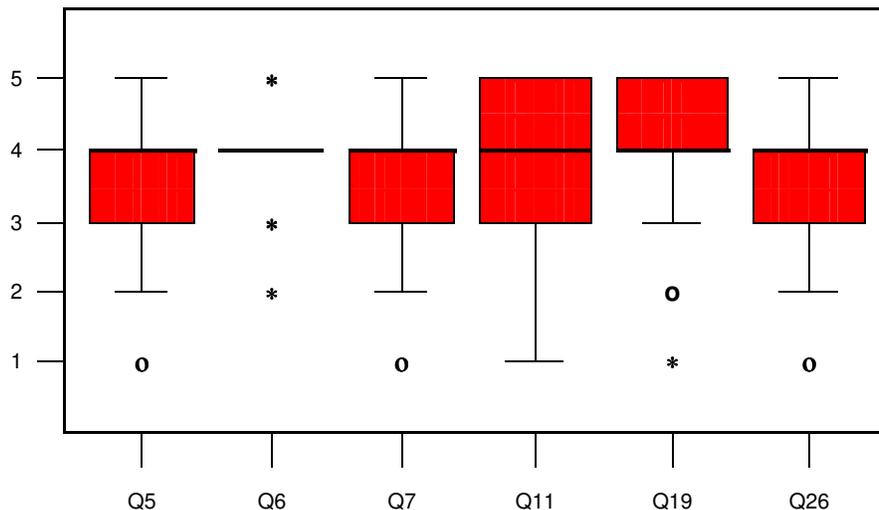
Conforme já discutido, o fato de tratar-se de um ambiente autogestionário pode facilitar a inclusão de tal prática no cotidiano da cooperativa. Antes, porém, é preciso a conscientização desta necessidade por parte de todos os cooperandos. Este parece ser um interessante tópico de discussão em assembleia, visto relacionar-se tanto objetiva quanto subjetivamente na QV destas pessoas, participantes ativos da construção diária da cooperativa.

No quadro 3, a seguir, tem-se a distribuição da amostra com relação às questões do domínio psicológico, conforme dados extraídos da tabela 2.

Pode-se perceber que, para este domínio em geral, as respostas foram bastante satisfatórias do ponto de vista da QV do grupo. Todas as questões apresentaram os 50% dos valores centrais da distribuição (retângulos), construídos, de baixo para cima, a partir do valor 3 ou 4 do questionário, inclusive a questão 6 que não formou um retângulo, pois mais do que 50% da concentração encontrou-se exclusivamente no valor 4, lembrando-se que 3 representa o ponto médio entre o que se considera muito ruim ou ruim (1 e 2 respectivamente) ou, então, bom ou muito bom (4 e 5, respectivamente) em relação à QV.

TABELA 2 - Estatística descritiva (questões domínio psicológico)

	N	Mínimo	Máximo	Quartil 1	Mediana	Quartil 3	Média	D. Padrão
Questão 05	26	1	5	3	4	4	3,38	1,04
Questão 06	26	2	5	4	4	4	3,81	0,62
Questão 07	26	1	5	3	4	4	3,31	0,99
Questão 11	26	1	5	3	4	5	3,65	1,21
Questão 19	26	1	5	4	4	5	3,85	1,17
Questão 26	26	1	5	3	4	4	3,65	1,17

QUADRO 3 – Distribuição da amostra (questões domínio psicológico)

Considerando a condição satisfatória deste domínio como um todo, destacou-se para análise e discussão as questões 6, 11 e 19 por serem as três com valores mais elevados.

A questão 6 pergunta sobre o quanto o indivíduo acha que sua vida tem sentido. Dos 26 indivíduos, 20 responderam que a vida faz muito sentido. Embora não seja possível confrontar diretamente este dado com as respostas obtidas através de algumas questões da entrevista é possível, e muito provável, dizer que o trabalho na cooperativa contribui para este resultado favorável em decorrência da importância do trabalho sobre a vida das pessoas.

Solicitados a comparar o trabalho realizado na cooperativa com seu trabalho anterior, a resposta entre os quatro entrevistados foi unânime a favor da cooperativa. Segundo Paula, que está há oito anos de cooperativa e antes trabalhava de empregada doméstica, a cooperativa “é bem melhor do que o trabalho de doméstica. Eu trabalhei numa casa dez anos e saí com uma mão na frente e outra atrás”.

Todos também responderam ser importante seu trabalho. Conforme Maria, “a cooperativa não é importante apenas para mim, mas para outras pessoas, para minha família, para a cidade, para o planeta, pois são coisas

que a gente recicla. Eu estou fazendo a minha parte”. Para Ricardo, “este trabalho com certeza é importante. Além de gerar emprego ele ajuda o meio ambiente”. Nota-se nestas respostas a conscientização da importância do papel social e ambiental que o trabalho na cooperativa representa diante do enorme problema gerado pelos resíduos, fruto dos hábitos de consumo das sociedades urbanizadas.

De acordo com Papaléo e Gutierrez (2009), inseridas no amplo leque de opções da Economia Solidária, as cooperativas populares que lidam com processamento de resíduos contribuem não apenas no âmbito social, gerando trabalho e renda, mas também ambiental ao estabelecer a ponte entre o indivíduo que descarta e o empreendimento que recicla.

Esta separação, impensável há algumas décadas, cada vez mais passa a fazer parte do cotidiano das pessoas, em particular daquelas que vivem em grandes centros urbanos. Isto possibilita a destinação correta de grande parte dos resíduos gerados, o que contribui consideravelmente para a minimização dos danos ambientais e, conseqüentemente, para a melhoria da QV (PAPALÉO e GUTIERREZ, op. cit., p.125).

As questões 11 e 19 perguntam, respectivamente, sobre aceitação de sua aparência física e aceitação de si mesmo. A maioria demonstrou estar muito satisfeito com si mesmo nestes dois aspectos.

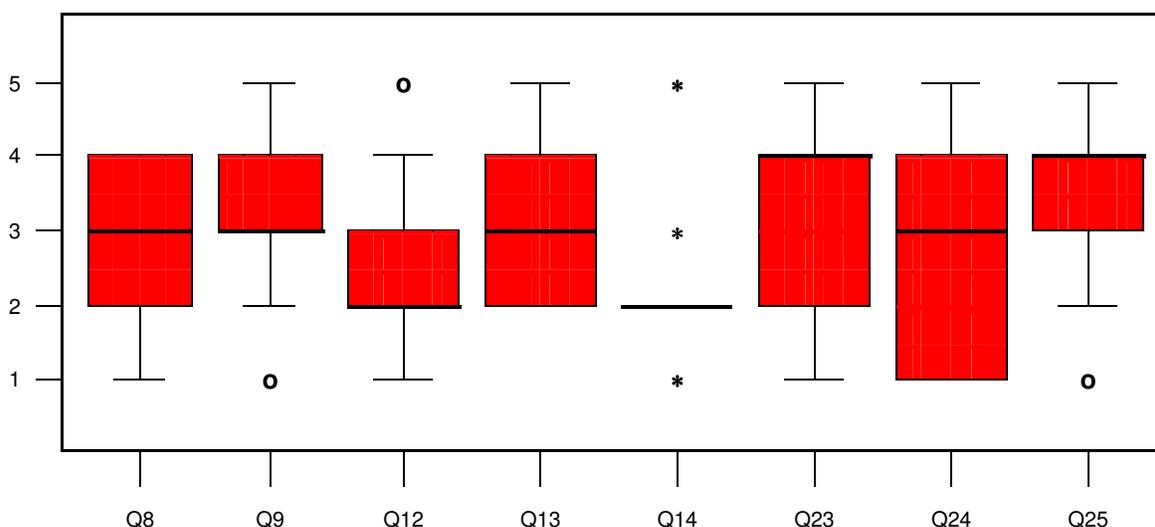
Novamente não é possível estabelecer uma relação direta entre os dados do WHOQOL e as entrevistas, mas, indiretamente, pode-se dizer que itens como participação nos processos decisórios, cooperação, realização de cursos entre outros contribuem para uma melhor aceitação de si a medida que aumentam a auto-estima individual.

A Fernanda, ex-catadora de reciclado na rua e que sustenta sozinha três filhas, diz: “aqui (cooperativa) mudou muito a minha vida, eu faço cursos, aprendo coisas novas. Antes eu nem sabia ligar um computador, agora entro na internet. A gente vai avançando”.

O quadro 4 apresenta a distribuição da amostra com relação às questões do domínio ambiental, conforme dados extraídos da tabela 3.

TABELA 3 - Estatística descritiva (questões domínio meio ambiente)

	N	Mínimo	Máximo	Quartil 1	Mediana	Quartil 3	Média	D. Padrão
Questão 08	26	1	4	2	3	4	2,92	0,96
Questão 09	26	1	5	3	3	4	3,23	0,93
Questão 12	26	1	5	2	2	3	2,31	1,03
Questão 13	26	2	5	2	3	4	3,19	1,08
Questão 14	26	1	5	2	2	2	2,35	1,11
Questão 23	26	1	5	2	4	4	3,27	1,22
Questão 24	26	1	5	1	3	4	2,88	1,48
Questão 25	26	1	5	3	4	4	3,42	1,11

QUADRO 4 – Distribuição da amostra (questões domínio meio ambiente)

Para este domínio, as questões que trouxeram resultados mais expressivos são, ao mesmo tempo, aquelas cujos resultados foram negativos à QV. São elas: 8, 12, 14 e 24 e dizem respeito, respectivamente, à sensação de segurança, condição financeira, oportunidade de lazer e acesso à serviço de saúde. Percebe-se que este domínio lida com aspectos que exercem influência em grandes populações uma vez que estabelecem relações diretas com as condições de vida.

Com relação ao modo e condição de vida, estes são definidos por Gonçalves (2004), respectivamente como sendo a garantia das necessidades de

subsistência do indivíduo, conforme sua posição econômica e, parcialmente, por políticas públicas; e os determinantes político-organizacionais da sociedade como um todo, que servem como norte à relação entre os indivíduos e os elementos fundamentais à vida, como educação, alimentação, saúde, moradia.

Se, conforme dito anteriormente, melhores condições gerais de vida das pessoas favorecem a adoção de comportamentos positivos ligados ao estilo de vida, aqui tem-se um impasse: como interpretar e construir valores positivos para sua vida se as condições elementares não oferecem suporte?

Constata-se aqui, através de observação empírica, o quanto a desigualdade social, resultado de um modo de produção e uma forma de sociedade que privilegiam valores materiais, é perversa com muitas pessoas ou até mesmo grupos inteiros, fazendo com que tenham que elaborar estratégias de resistência e sobrevivência, muitas vezes sem sucesso, o que não demonstra ser o caso da cooperativa estudada.

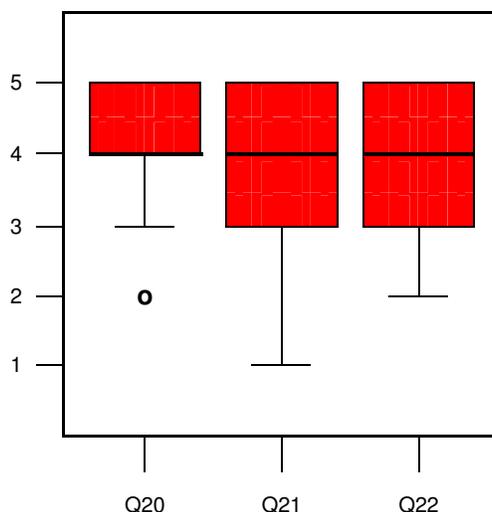
A questão 23, embora apresente valores distribuídos em torno da média, possui também boa parte abaixo da média. Isso indica que não são poucos os entrevistados que se sentem insatisfeitos com suas condições de moradia, reflexo direto do reduzido poder aquisitivo destes indivíduos, conforme demonstrado na questão 8 e, antes dela, no GRÁFICO 5 – Distribuição da amostra quanto à renda familiar.

Segue-se a tabela 4 e o quadro 5 com os dados referentes ao domínio social que lida com a questão das relações pessoais.

Assim como verificou-se na análise do domínio psicológico, aqui todas as respostas também apresentam-se bastante satisfatórias com relação à QV, haja vista os valores elevados das concentrações.

TABELA 4 - Estatística descritiva (questões domínio relações sociais)

	N	Mínimo	Máximo	Quartil 1	Mediana	Quartil 3	Média	D. Padrão
Questão 20	26	2	5	4	4	5	4,04	0,85
Questão 21	26	1	5	3	4	5	3,77	1,25
Questão 22	26	2	5	3	4	5	3,92	0,87

QUADRO 5 – Distribuição da amostra (questões domínio relações sociais)

A questão 20 pergunta sobre o quão satisfeito o indivíduo está em sua relação com as pessoas próximas como amigos, parentes e colegas. Enquanto que a questão 22, pouco mais específica, indaga a respeito da satisfação com o apoio recebido por amigos.

Os resultados de ambas sugerem a existência de laços de solidariedade. Ao menos no cotidiano do ambiente de trabalho isso pode ser observado em algumas ocasiões como, por exemplo, as reuniões que ocorrem a cada três meses para comemoração de aniversários. Todo final de ano também ocorre um festa com churrasco, bebida, música etc. para comemorar o ano que se encerra e o novo que se inicia.

Outra demonstração de solidariedade está no fato de a cooperativa aceitar a entrada de ex-presidiários. Durante uma das entrevistas, fomos interrompidos por uma ligação. O motivo desta ligação é que a esposa de um novo cooperando, ex-presidiário, duvidou de sua palavra ao vê-lo retornando para casa em pleno dia de trabalho. Isto apenas ocorreu porque naquele dia em particular a cooperativa havia dispensado alguns trabalhadores devido à reduzida demanda, fato que ocorre algumas vezes.

Desfeito o mal entendido Fernanda afirma: “a gente tem que dar chance para as pessoas”. Nota-se a importância do ato solidário nesta passagem, pois, é difícil conseguir emprego em tal situação, principalmente devido ao estigma social sofrido por indivíduos nesta situação ao serem enquadrados como não merecedores de confiança.

Uma espécie de bazar acontece de tempos em tempos dentro da cooperativa e este acontecimento representa um interessante momento de confraternidade entre os cooperandos. Os produtos expostos provêm da própria coleta. Como nem tudo que chega à cooperativa possui valor de venda, objetos que não continuam no ciclo da reciclagem, mas que podem trazer algum interesse às pessoas do grupo são separados e posteriormente colocados à venda. O valor adquirido com as vendas é simbólico, sendo utilizado pelos próprios cooperandos no dia-a-dia da cooperativa.

Estas são algumas das interações solidárias que pôde-se presenciar enquanto realizava-se o trabalho de campo. Tais situações possuem elevado valor à medida que ajudam a aumentar o respeito e a confiança de uns para com os outros no grupo. Isso acaba por favorecer formas de participação coletivas, tão necessárias para o enfrentamento da vulnerabilidade social a que estes sujeitos estão expostos.

Há, contudo, situações conflituosas também. Algumas vezes, indivíduos com mais tempo de cooperativa colocam os mais novos para a execução de tarefas mais desgastantes. Ao perceber este tipo de diferença, a coordenação busca solucioná-lo através do diálogo. Quando tal medida não funciona, faz uso do regimento para inserir cada pessoa em um determinado local, recusando questionamentos.

O próximo quadro apresenta a estatística descritiva das questões gerais, conforme dados extraídos da tabela 5.

As questões 1 e 2 perguntam, respectivamente, sobre a percepção do sujeito com relação à sua QV e a satisfação do mesmo quanto à saúde. Os resultados demonstrados estão acima da média o que indica que quase

a totalidade da amostra considera, de modo subjetivo, sua QV e seu estado de saúde como satisfatórios.

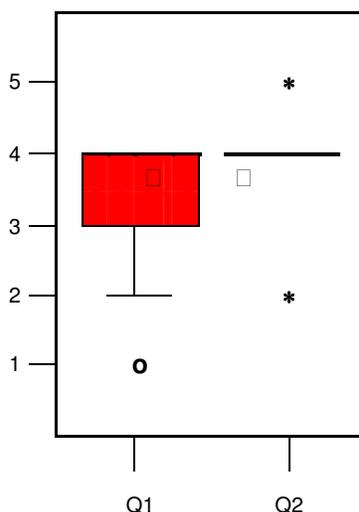
Considerando que estas são as duas primeiras questões do instrumento, embora aqui tenha-se utilizado outra ordem para a apresentação, percebe-se que este resultado antecipa o que verificou-se nos domínios anteriormente analisados e discutidos.

Houve, portanto, consistência por parte da amostra numa comparação entre a percepção geral sobre QV dos indivíduos e as várias facetas do instrumento que procuram analisar múltiplas dimensões (estado físico, cognitivo, afetivo, social e espiritual), assim como sentimentos positivos e negativos.

TABELA 5 - Estatística descritiva (questões gerais)

	N	Mínimo	Máximo	Quartil 1	Mediana	Quartil 2	Média	D. Padrão
Questão 01	26	3	4	3	4	4	3,62	0,49
Questão 02	26	2	5	4	4	4	3,85	0,60

QUADRO 6 – Distribuição da amostra (questões gerais)



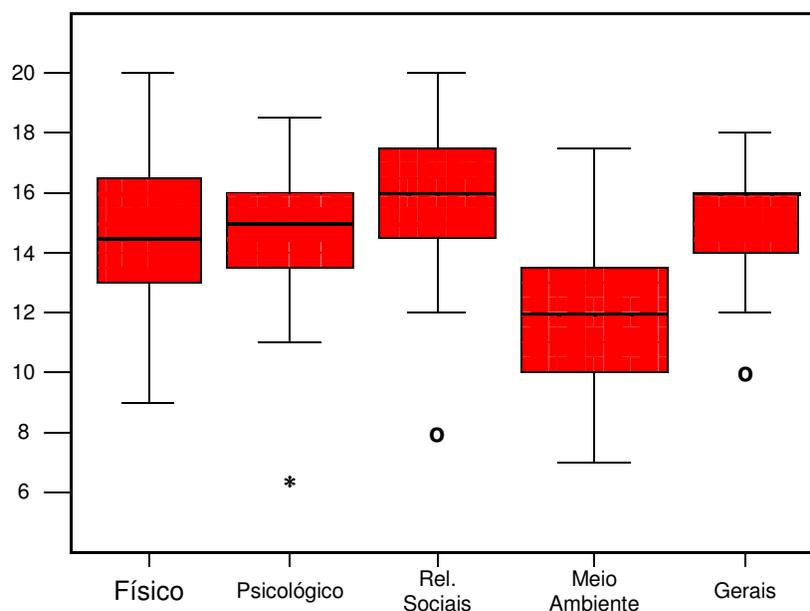
A tabela e o quadro a seguir dizem respeito à estatística descritiva dos domínios e visa estabelecer uma comparação entre eles. Os dados da tabela

tiveram seus valores quadruplicados para melhor visualização na construção do gráfico devido à presença de números não inteiros. Deste modo, por exemplo, o primeiro valor mínimo (9,16) resulta do original multiplicado por 4 ($2,29 \times 4 = 9,16$) e assim por diante. Ainda sim, a representação de alguns números no quadro é aproximada.

TABELA 6 - Estatística descritiva dos domínios

	N	Mínimo	Máximo	Quartil 1	Mediana	Quartil 3	Média	D. Padrão
D. Físico	26	9,16	20,00	13,16	14,28	16,56	14,72	2,44
D. Psic.	26	6,68	18,68	13,32	15,00	16,00	14,44	2,44
D. Rel.Sociais	26	8,00	20,00	14,68	16,00	17,32	15,64	2,76
D. Meio Amb.	26	7,00	17,52	10,00	12,00	13,52	11,80	2,40
Q. Gerais	26	10,00	18,00	14,00	16,00	16,00	14,92	1,80

QUADRO 7 – Distribuição da amostra em relação aos domínios



Esta comparação visual entre os diferentes domínios permite analisar que o domínio que mais influenciou positivamente para a QV do grupo foi o que diz respeito às relações pessoais (domínio social). No entanto, os domínios físico e psicológico também apresentaram-se satisfatórios. Já o domínio que

menos contribuiu para uma percepção positiva de QV foi o que diz respeito às condições de vida (domínio ambiental).

A seguir apresentam-se outros aspectos relevantes surgidos durante as entrevistas.

Entre os quatro entrevistados não houve, por parte de nenhum, muita clareza com relação às tarefas desenvolvidas por aqueles que ocupam os cargos administrativos, com exceção do cargo de diretor operacional que é executado pela mesma pessoa que assume a função de coordenador.

Embora aconteçam eleições de quatro em quatro anos para os cargos, não é comum a rotatividade nos mesmos porque ninguém que trabalha na produção se interessa em assumi-los. A presidência, por exemplo, desde o começo da cooperativa é ocupada pela mesma pessoa.

A falta de rotatividade nas funções administrativas não significa que não possa ocorrer. Já houve caso de uma pessoa da triagem ser eleita para o cargo de vice-presidência.

Se, por um lado, a não rotatividade nos cargos administrativos parece não interferir de forma negativa neste ambiente, por outro, é necessário sempre atenção por parte de todos. Assim como é imprescindível a participação de todos nas decisões, também é preciso total clareza do que é feito em cada cargo e função a fim de se evitar que ocorra em algum momento formas de vantagem e, conseqüentemente, sério comprometimento do ideal compartilhado.

Constatou-se que as reuniões são mensais e todos devem estar presentes. A participação parece ser bastante satisfatória, não havendo formas de constrangimento que atrapalhem a exposição de idéias e pontos de vista divergentes. Como todos possuem direitos iguais na hora do voto, vence sempre o que é decidido pela maioria. Como discutido no capítulo anterior, às vezes é necessário analisar se de fato esta representa a melhor forma de decisão.

Quando questionados sobre a existência de hierarquia, três dos quatro entrevistados responderam não haver nenhuma forma de hierarquia. Conforme Ricardo: “Não tem hierarquia. Todos se dedicam para a cooperativa

crescer”. Entretanto um indivíduo respondeu que sim. Para Maria: “Acho que tem sim. Tem que ter, do contrário não funciona”.

Novamente ressalta-se a importância de diálogo permanente, principalmente com relação aos princípios que, como já discutimos, carregam o potencial de fazer da cooperativa um ambiente de trabalho diferente da maioria existente.

Embora não aconteça demissão na cooperativa, até mesmo porque o regimento baseia-se nos princípios e ideais cooperativistas, já houve alguns casos de pessoas serem convidadas a se retirar. Esta medida é necessária quando alguém não aceita seguir o regimento – o que prejudica os demais – e também não toma a decisão de sair. O mais comum nestes casos é a própria pessoa decidir sair quando compreende o funcionamento e não se adapta a ele.

Conforme Ricardo, “geralmente a pessoa fica aqui uma semana, duas semanas, e vai embora. Acha que aqui é fácil, vê que não é e acaba saindo”. Reforça Fernanda: “a gente tem um regimento pra cumprir. Se a pessoa não cumpre o regimento infelizmente a gente pede pra se afastar, mas isso é difícil acontecer. Desde quando eu estou aqui foram três casos só”.

É importante ressaltar que, nestes poucos casos em que a solicitação de desligamento foi necessária, trataram-se de não-adaptação ao regimento e não ao trabalho em si. Casos de não-adaptação na execução de determinada função são resolvidos com a troca de função.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo possibilitou a confirmação da hipótese inicial, ou seja, foi possível confirmar, no caso da cooperativa analisada, que existe por parte das pessoas envolvidas uma busca verdadeira por relações pautadas no respeito, na justiça, na igualdade e na solidariedade, o que pôde ser observado através do comprometimento pessoal neste processo de construção coletiva.

Como resultado, encontrou-se um ambiente de trabalho saudável em que cada indivíduo consegue participar ativamente, ouvindo e sendo ouvido pelos demais, processo que favorece tanto a dignidade e a auto-estima quanto o surgimento e a ampliação de formas solidárias de sociabilidade, todas estas, bandeiras do cooperativismo e da Economia Solidária.

Questões de conflito também apareceram durante o trabalho de investigação. Constatação contrária fatalmente seria considerada como ingênua ou falsa, visto que não há relacionamento humano imune a situações de discordância. No entanto, a forma com que o grupo trabalha a resolução de situações deste tipo também demonstrou maturidade.

Os resultados obtidos através do WHOQOL-abreviado demonstraram que a qualidade de vida do grupo é bastante satisfatória. Dos quatro domínios analisados, mais as duas questões gerais do instrumento (quadro 7, p.88), apenas o domínio meio ambiente apresentou uma concentração dos resultados abaixo do ponto médio que divide entre o que considera-se boa e má qualidade de vida.

No domínio físico, a questão cujo resultado demonstrou ser mais satisfatório foi: “Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade para o trabalho?”. No psicológico, foi: “Quão satisfeito(a) você está consigo mesmo?”. E, no domínio relações sociais: “Quão satisfeito(a) você está com suas relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos, colegas)?”. Apenas por estas três

questões, cujos resultados foram os mais elevados, já pode-se compreender o motivo do resultado geral ser satisfatório, visto que, três imprescindíveis pilares à organização da vida humana apresentam-se aqui de maneira bastante positiva – o indivíduo, a família e o trabalho.

Os aspectos desfavoráveis obtidos são aqueles que dizem respeito à garantia de necessidades básicas, dentre elas acesso a serviço de saúde, condições do local onde reside e dinheiro para satisfação das necessidades. Se este fato dificulta a construção de valores positivos, contudo, ele não necessariamente a impossibilita, conforme constatou-se.

Sabe-se que ótimas condições materiais oferecem grande aporte à vida, porém, por si só não representam garantia de uma qualidade de vida satisfatória. Isto porque os parâmetros subjetivos exercem igualmente uma forte influência, de modo que, se a percepção do indivíduo sobre sua QV for ruim, muito provavelmente o resultado de um modo geral será ruim.

A cooperativa mostrou ser muito importante para a vida de cada um que a compõe. Justamente por isso, percebe-se a necessidade de um olhar mais atento por parte de todo o grupo no que diz respeito a alguns aspectos que, podendo contribuir para o oferecimento de uma vida com melhor qualidade a todos, tem como serem buscados, contanto que haja interesse. Destaca-se o nível de escolaridade e também a questão das queixas de dor relacionadas às más posturas na execução de determinadas tarefas.

Com relação ao nível de escolaridade, ressalta-se a importância de não só colocar em prática uma educação permanente com base nos princípios cooperativistas – o que não ocorre, mas, também, buscar alternativas coletivas visando o avanço no nível de Ensino Formal dos cooperandos – algo que também não tem ocorrido, conforme os relatos.

É possível que a falta de um diálogo constante com respeito aos princípios cooperativistas tenha sido responsável pelo aparecimento de uma resposta positiva dentre os quatro entrevistados quando se perguntou a respeito

de haver hierarquia na cooperativa. Neste ponto caberia uma análise mais detalhada.

Quanto às queixas de dor, por parte de algumas cooperandas, seria interessante que a possibilidade de introdução de alguma prática de exercício físico fosse discutida, principalmente por tratar-se de um aspecto importante relacionado à saúde pessoal.

Como qualquer recorte da realidade, o estudo aqui empreendido foi limitado quanto à reflexão acerca dos temas abordados justamente devido à sua complexidade. Porém, o exercício de olhar e interpretar a realidade concreta a partir de determinado enfoque e com a utilização de certas técnicas, pode também revelar aspectos até então encobertos e que vêm alterar o direcionamento de um conhecimento em construção.

Damo-nos por satisfeitos com possíveis contribuições para o avanço nos estudos sobre qualidade de vida, economia e cultura solidárias. Acreditamos ter conseguido apresentar um pouco do cotidiano das pessoas que, juntas, constroem a cooperativa, com o cuidado de estabelecer constantemente o diálogo entre esta realidade e os constructos teóricos que sustentaram a pesquisa, evitando o equívoco metodológico de engessar o real dentro do plano das ideias.

Para finalizar, ressalta-se o quanto o ambiente relacional estudado é saudável, tendo a cooperação e o respeito para com o outro como fatores presentes no cotidiano de trabalho. Isso mostrou favorecer o resgate e o fortalecimento de uma cultura solidária entre os integrantes o que, conseqüentemente, pode se expandir para os familiares e para a comunidade em que vivem.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho: o Brasil nos anos noventa. In OLIVEIRA, M. A. de; TEIXEIRA, F. J. S. (Orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações de mundo do trabalho**. 2.ed. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. In ANTUNES, R. (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

AZEVEDO, V. A. Z de; KITAMURA, S. Novas tecnologias, ergonomia e qualidade de vida no trabalho. In VILARTA, R. et al. (Orgs.). **Qualidade de vida e novas tecnologias**. Campinas, SP: Ipês, 2007, p.87-96.

_____. Saúde e qualidade de vida nas corporações. In VILARTA, R.; GUTIERREZ, G. L. (Orgs.). **Qualidade de vida no ambiente corporativo**. Campinas, SP: Ipês, 2008, p.167-173.

BEJARANO, V. C.; PILATTI, L. A. Qualidade de vida no trabalho: leituras e possibilidades no entorno. In GONÇALVES, A. et al. (Orgs.). **Gestão da qualidade de vida na empresa**. Campinas, SP: Ipês, 2005. p.85-104.

BETELHEIM, B. **O coração informado**. RJ: Paz e Terra, 1978.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **El nuevo espíritu del capitalismo**. Madrid: Akal, 2002.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma regulamentadora 09**: programa de prevenção de riscos ambientais. Brasília (DF), 1978.

_____. **Norma regulamentadora 17**: ergonomia. Brasília (DF), 1990.

_____. Portaria nº 540/2004. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/legislacao/portarias/2004/p_20041015_540.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2009.

BREITH, J.; CAMPAÑA, A.; COSTALES, P.; GRANDA, E.; PÁEZ, R.; YÉPEZ, J. **Deterioro de la vida: un instrumento para análisis de prioridades regionales en los social y la salud**. Quito: Corporación Editora Nacional, 1990.

BUARQUE, C. Qualidade de vida: a modernização da utopia. **Lua Nova**, São Paulo, s/v, n.31, p.157-165, 1993.

BUSS, P. M. Promoção da saúde na infância e adolescência. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.**, v.1, n.3, p.279-82, 2001.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 10.ed. São Paulo: Ática, 1998.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CICONELLI, R. M; FERRAZ, M. B. **Tradução para o português e validação do questionário genérico de avaliação de qualidade de vida “medical outcomes study 36 – item short-form health survey (SF-36)”**. Escola Paulista de Medicina de São Paulo, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1997.

COUTO, H. A. **Como gerenciar a questão das ler/dort**. Belo Horizonte: Ergo Editora, 1998.

CRCA. Centro de referência em cooperativismo e associativismo. Campinas, SP. Disponível em: < <http://www.10anoscampinasrecicla.com.br/index.html>>. Acesso em: 14 set. 2010.

DAGNINO e DIAS. A política de C&T brasileira: três alternativas de explicação e orientação. **Revista brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro, n.6, v.2, p.373-403, 2007.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1992.

DRUCK, G.; THÉBAUD-MONY, A. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (Org.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FLECK, M. P. de A.; LOUZADA, S.; XAVIER, M.; CHACHAMOVICH, E.; VIEIRA, G.; SANTOS, L.; PINZON, V. Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida "WHOQOL-bref". **Rev. Saúde Pública**, v.34, n.2, p.178-83, 2000.

FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J. L. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GITAHY, L. Inovação tecnológica, subcontratação e mercado de trabalho. In **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, SEADE, v.8, n.1, p.146, 1994.

GOMEZ, C. M.; VERTHEIN, M. A. R. As armadilhas: bases discursivas da neuropsiquiatrização das ler. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n.6, v.2, p.457-470, 2001.

GONÇALVES, A. Em busca do diálogo do controle social sobre o estilo de vida. In VILARTA, R. (Org.). **Qualidade de vida e políticas públicas: saúde, lazer e atividade física**. Campinas, SP: Ipês, 2004, p.17-26.

GONÇALVES, A.; VILARTA, R. Qualidade de vida: identidades e indicadores. In GONÇALVES, A.; VILARTA, R. (Orgs.). **Qualidade de vida e atividade física: explorando teoria e prática**. Barueri, SP: Manole, 2004, p.3-25.

GUTIERREZ, G. L. Aspectos organizacionais e lúdicos da qualidade de vida: abordagem multidisciplinar. In GONÇALVES, A.; VILARTA, R. (Orgs.). **Qualidade de vida e atividade física: explorando teoria e prática**. Barueri, SP: Manole, 2004, p.165-183.

_____. Limites e possibilidades das intervenções em qualidade de vida na empresas. In VILARTA, R.; GUTIERREZ, G. L. (Orgs.). **Qualidade de vida no ambiente corporativo**. Campinas, SP: Ipês, 2008, p.11-16.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1989.

_____. **O novo imperialismo**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HELOANI, J. R. Ausência de saúde moral: debilidade de ego ou doença ocupacional? In GONÇALVES, A. et al. (Orgs.). **Gestão da qualidade de vida na empresa**. Campinas, SP: Ipês, 2005, p.153-168.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio moral: a violência perversa no cotidiano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

KOCH, T. Life quality vs the 'quality of life': assumptions underlying prospective quality of life instruments in health care planning. **Soc. Sci. Med.**, v.51, n.3, p.419-27, 2000.

LEFÈVRE-WITIER, P. La qualité de vie. **Revue Prevenir**, n.33, p.61-62, 1997.

LEITE, M. de P. **Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

LEITE, M. de P. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.24, p.31-51, 2009.

LESSA, I. **O adulto brasileiro e as doenças da modernidade: epidemiologia das doenças crônicas não-transmissíveis**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MACHADO, P. H. B. Quality of life indicators in curitiba: analysis of the method and policy process. Dissertação de mestrado. London School of Hygiene and Tropical Medicine, University of London, Londres, Reino Unido, 1996.

MARQUES, R. F. R. **Esporte e qualidade de vida: reflexão sociológica**. 2007. 160 p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MAURER JÚNIOR, T. H. **O cooperativismo: uma economia humana**. São Paulo: s/ed. 1966.
MÉSZÁROS, I. **Beyond capital (towards a theory of transition)**. Londres: Merlin Press, 1995.

METZNER, R. J.; FISCHER, F. M. Fadiga e capacidade para o trabalho em turnos fixos de doze horas. **Rev. Saúde Pública**, v.35, n.6, p. 548-553, 2001.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. p.9-29.

MINAYO, M. C. de S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.7-18, 2000.

MINAYO, M. C. de S. Editorial: genética e saúde pública, desafios e perspectivas. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.4, 2002.

MOLON, R. C. Assédio moral no ambiente do trabalho e a responsabilidade civil: empregado e empregador. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 568, 26 jan. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6173>>. Acesso em: 31 jan. 2009.

NAHAS, M. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 3.ed. Londrina: Midiograf, 2003.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. p.51-66.

NETTO, J. P. Repensando o balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

NUNES, C. G. F. Os elos horizontais da economia solidária: desafios e perspectivas. In MARTINS, P. H.; NUNES, B. F. (Orgs.). **A nova ordem social: perspectivas da solidariedade contemporânea**. Brasília, DF: Paralelo 15 edições, 2004.

OLIVEIRA, M. A. de. A nova problemática do trabalho e a ética. In OLIVEIRA, M. A. de; TEIXEIRA, F. J. S. (Orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações de mundo do trabalho**. 2.ed. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998.

OLIVEIRA, P. de S. Raízes solidárias: a economia, a cultura e as pessoas. In BRUHNS, H. T.; GUTIERREZ, G. L. (Orgs.). **Representações do lúdico: II ciclo de debates lazer e motricidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001, p.43-57.

_____. **Cultura solidária em cooperativas: projetos coletivos de mudança de vida**. São Paulo: Edusp, 2006.

PAPALÉO, A. L.; GUTIERREZ, G. L. (Re)construindo hábitos para uma melhor qualidade de vida: da alimentação saudável e para todos ao descarte consciente. In MENDES, R. T.; VILARTA, R.; GUTIERREZ, G. L. (Orgs.). **Qualidade de vida e cultura alimentar**. Campinas, SP: Ipês, 2009, p.117-126.

PILATTI, L. A. Qualidade de vida no trabalho e a teoria dos dois fatores de Herzberg: possibilidades-limite das organizações. In VILARTA, R.; GUTIERREZ, G. L. (Orgs.). **Qualidade de vida no ambiente corporativo**. Campinas, SP: Ipês, 2008, p.51-62.

POCHMANN, M. Desenvolvimento capitalista e divisão do trabalho. In POCHMANN, M. (Org.). **Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social**. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2004.
 PROJETO RECICLAR. Cooperativa Nossa Senhora Aparecida. Campinas, SP. Disponível em: <http://www.kleffmann.com.br/historico_cooperativa.doc>. Acesso em: 20 out. 2008.

QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção. In SANTOS, B. de S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 2002 .

RAMALHO, J. R. Precarização do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil. In ANTUNES, R. (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**:

reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

SADER, E. **Que Brasil é este?: dilemas nacionais do século XXI**. 2.ed. São Paulo: Atual, 1999.

SANTOS, B. de S.; RODRÍGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In SANTOS, B. de S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 11.ed. São Paulo: Record, 2006.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 3.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

TEIXEIRA, F. J. S. O neoliberalismo em debate. In OLIVEIRA, M. A. de; TEIXEIRA, F. J. S. (Orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações de mundo do trabalho**. 2.ed. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998.

TELLES, V. Pobreza e cidadania: precariedade e condições de vida. In RAMALHO, J. R.; MARTINS, H. S. (Orgs.). **Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho**. São Paulo: Hucitec/Nets-Cedi, 1994.

VILARTA, R.; GONÇALVES, A. Qualidade de vida: concepções básicas voltadas à saúde. In GONÇALVES, A.; VILARTA, R. (Orgs.). **Qualidade de vida e atividade física: explorando teoria e prática**. Barueri, SP: Manole, 2004, p.27-62.

_____. Condições de vida, modo de vida e estilo de vida. In GONÇALVES, A.; VILARTA, R. (Orgs.). **Qualidade de vida e atividade física: explorando teoria e prática**. Barueri, SP: Manole, 2004, p.63-78.

WHO, Carta de Ottawa, p.11-8. In Ministério da Saúde/FIOCRUZ. Promoção da saúde. Cartas de Ottawa, Adelaide, Sundvall e Santa Fé de Bogotá. Ministério da Saúde/IEC, Brasília: 1986.

WHOQOL GROUP. The world health organization quality of life assessment (WHOQOL): position paper from the world health organization. **Soc. Sci. Med.**, v.41, n.10, p.1403-9, 1995.

APÊNDICE

Apêndice 1 – Questionário de entrevistas

1. Há quanto tempo você está na cooperativa?
2. Como era seu trabalho anterior?
3. A cooperativa é melhor do que o trabalho anterior? Por quê?
4. A cooperativa já convidou alguém a se afastar? Pode acontecer?
5. Quais são as funções da cooperativa?
6. Por quais delas você já passou?
7. Existe rotatividade nas funções? Com que frequência?
8. A rotatividade ocorre também entre produção e administração?
9. Pode alguém da produção chegar à presidência?
10. Quantos presidentes já passaram pela cooperativa?
11. O trabalho que você realiza é importante? Por quê?
12. Você acha adequado o ambiente físico do seu local de trabalho?
13. Todo cooperado participa nas decisões sobre a cooperativa? Como?
14. O clima do ambiente de trabalho é saudável?
15. Você acha que existe cooperação entre os trabalhadores?
16. Você já percebeu ocorrer algum tipo de assédio moral?
17. Você acha que existe hierarquia na cooperativa? É necessário que haja?
18. Você já recebeu algum curso para seu desenvolvimento pessoal e profissional?
19. As funções possibilitam aquisição de conhecimentos e habilidades?
20. Você acha justo o valor que recebe por mês?
21. Há muita diferença entre quem recebe mais e quem recebe menos?
22. Todos sabem o quanto cada um recebe?
23. Há bastante comprador? Quem são?
24. Há concorrência com outras cooperativas?
25. O que você acha da função de coordenador?
26. Por que você acha que há mais mulheres do que homens na cooperativa?

Apêndice 2 – Formulário sobre dados pessoais e sócio-demográficos

FORMULÁRIO SOBRE DADOS PESSOAIS E DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS**1. Sexo:**

Masculino

Feminino

2. Idade: _____ anos**3. Estado Civil:**

Solteiro

Casado

Divorciado

Outros – Qual? _____

4. Escolaridade:

Ensino fundamental: incompleto completo

Ensino médio: incompleto completo

Ensino superior: incompleto completo

Pós-graduação: incompleto completo

5. Renda mensal familiar (salários mínimos): _____**6. Número de pessoas na residência: _____**

Apêndice 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DOS VOLUNTÁRIOS QUE PARTICIPARÃO DA PESQUISA **QUALIDADE DE VIDA E TRABALHO: O CASO DA COOPERATIVA NOSSA SENHORA APARECIDA**

ORIENTADOR: PROF. DR. GUSTAVO LUÍS GUTIERREZ (UNICAMP)
PESQUISADOR: ANDRÉ LUIZ PAPALÉO (UNICAMP)

LOCAL DA PESQUISA: COOPERATIVA NOSSA SENHORA APARECIDA, RUA SERRA DOURADA, 165 – JARDIM BARONESA, CAMPINAS/SP. PROJETO DE PESQUISA VINCULADO AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP).

Leia com atenção: Estamos realizando uma pesquisa sobre qualidade de vida e trabalho em cooperativas populares para elaboração da Dissertação de Mestrado em Educação Física da UNICAMP. Gostaríamos de contar com sua participação para responder um questionário sobre qualidade de vida e algumas questões que serão apresentadas por um entrevistador que irá se identificar. Asseguramos que todas as informações prestadas pelo(a) senhor(a) serão sigilosas e utilizadas somente para esta pesquisa. A divulgação das informações será anônima e em conjunto com as informações de outros entrevistados. Se você desejar fazer alguma pergunta antes de decidir participar, durante, ou após o encerramento da pesquisa, sinta-se à vontade para fazê-la pessoalmente ou pelos contatos (telefone/e-mail) informados no final deste termo.

Esta pesquisa é de caráter científico e seus objetivos são verificar em que medida as cooperativas populares contribuem para a melhoria das condições de vida de seus trabalhadores e, também, conhecer o perfil de qualidade de vida destes trabalhadores.

Ao concordar em participar desta pesquisa, o(a) senhor(a) assinará as duas (2) vias deste documento, sendo que, uma ficará de posse do(a) senhor(a) e a outra de posse do pesquisador.

Eu, _____, concordo em participar como voluntário da pesquisa detalhada acima, sabendo que não terei de arcar com nenhuma despesa monetária, visto que, todas as despesas serão de responsabilidade do pesquisador. Estou ciente ainda que todas as informações por mim transmitidas serão mantidas em sigilo e não poderão ser consultadas por pessoas leigas sem a minha devida autorização. Contudo, estas informações

poderão ser utilizadas para fins de pesquisa científica, desde que, meu anonimato seja sempre garantido.

Fui informado que, caso tenha alguma dúvida sobre a pesquisa, a mesma será prontamente esclarecida e que também terei acesso aos resultados do questionário que me foi aplicado.

Comprometo-me, de acordo com minhas possibilidades, a colaborar com o bom desempenho desta pesquisa científica.

_____, _____ de _____ de 200__

Assinatura do voluntário:

Assinatura do pesquisador (André Luiz Papaléo):

Contatos:

Fone: (19) 9677-3069

E-mail: andrepapaleo@gmail.com

Contatos com o Orientador (Prof. Dr. Gustavo Luís Gutierrez):

Fone: (19) 3521-6616

E-mail: gutierrez@fef.unicamp.br

Comissão de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP

Maiores informações:

Fone: (19) 3521-8936

E-mail: cep@fcm.unicamp.br

ANEXO

Anexo 1 – Carta de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa



FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

www.fcm.unicamp.br/pesquisa/etica/index.html

CEP, 28/11/08.
(Grupo III)

PARECER CEP: N° 831/2008 (Este n° deve ser citado nas correspondências referente a este projeto)
CAAE: 3612.0.000.146-08

I - IDENTIFICAÇÃO:

PROJETO: “QUALIDADE DE VIDA E TRABALHO: O CASO DA COOPERATIVA NOSSA SENHORA APARECIDA”.

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: André Luiz Papaléo

INSTITUIÇÃO: Cooperativa Nossa Senhora Aparecida

APRESENTAÇÃO AO CEP: 10/10/2008

APRESENTAR RELATÓRIO EM: 28/11/09 (O formulário encontra-se no *site* acima)

II - OBJETIVOS

Verificar em que medidas as Organizações de Trabalho Associados (OTAs), enquanto alternativas de trabalho e renda à hegemonia do modelo econômico pautado no modo de produção capitalista, contribuem para a melhoria da qualidade de vida de seus associados.

III - SUMÁRIO

Será feita uma reflexão teórica a partir destes conceitos e de suas relações, bem como, análise das organizações autoigestionárias, enquanto modelo específico de organização, pautado por ações cooperativas e solidárias nos moldes do movimento social da Economia Solidária. A pesquisa de campo será feita na cooperativa Nossa Senhora Aparecida, que atua no ramo de reciclagem de resíduos sólidos no Município de Campinas e atualmente é constituída por 28 cooperados de ambos os sexos, com idade entre 23 e 46 anos. Como instrumento de coleta de dados serão utilizados o WHOQOL – abreviado da OMS, para mensurar o perfil de qualidade de vida do grupo, bem como entrevista semi-estruturada, visado obter maior especificidade no que diz respeito às relações estabelecidas entre os cooperados no ambiente de trabalho.

IV - COMENTÁRIOS DOS RELATORES

Após respostas às pendências, o projeto encontra-se adequadamente redigido e de acordo com a Resolução CNS/MS 196/96 e suas complementares, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

V - PARECER DO CEP

O Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP, após acatar os pareceres dos membros-relatores previamente designados para o presente caso e atendendo todos os dispositivos das Resoluções 196/96 e complementares, resolve aprovar sem



restrições o Protocolo de Pesquisa, bem como ter aprovado o Termo do Consentimento Livre e Esclarecido, assim como todos os anexos incluídos na Pesquisa supracitada.

O conteúdo e as conclusões aqui apresentados são de responsabilidade exclusiva do CEP/FCM/UNICAMP e não representam a opinião da Universidade Estadual de Campinas nem a comprometem.

VI - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 196/96 – Item IV.1.f) e deve receber uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado (Item IV.2.d).

Pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS Item III.1.z), exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade do regime oferecido a um dos grupos de pesquisa (Item V.3.).

O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS Item V.4.). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.

Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projeto do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res. 251/97, Item III.2.e)

Relatórios parciais e final devem ser apresentados ao CEP, de acordo com os prazos estabelecidos na Resolução CNS-MS 196/96.

VI - DATA DA REUNIÃO

Homologado na X Reunião Ordinária do CEP/FCM, em 21 de outubro de 2008.

Profa. Dra. Carmen Sílvia Bertuzzo
PRESIDENTE DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
FCM/UNICAMP.

Anexo 2 – Instrumento de qualidade de vida WHOQOL-abreviado

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE
DIVISÃO DE SAÚDE MENTAL - GRUPO WHOQOL
VERSÃO EM PORTUGUÊS DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE
QUALIDADE DE VIDA (WHOQOL) 1998

Instruções					
<p>Este questionário é sobre como você se sente a respeito de sua qualidade de vida, saúde e outras áreas de sua vida. Por favor responda a todas as questões. Se você não tem certeza sobre que resposta dar em uma questão, por favor, escolha entre as alternativas a que lhe parece mais apropriada. Esta, muitas vezes, poderá ser sua primeira escolha.</p> <p>Por favor, tenha em mente seus valores, aspirações, prazeres e preocupações. Nós estamos perguntando o que você acha de sua vida, tomando como referência as duas últimas semanas. Por exemplo, pensando nas últimas duas semanas, uma questão poderia ser:</p>					
	nada	muito pouco	médio	muito	completamente
Você recebe dos outros o apoio de que necessita?	1	2	3	4	5

Você deve circular o número que melhor corresponde ao quanto você recebe dos outros o apoio de que necessita nestas últimas duas semanas.
 Portanto, você deve circular o número 4 se você recebeu "muito" apoio como abaixo.

	nada	muito pouco	médio	muito	completamente
Você recebe dos outros o apoio de que necessita?	1	2	3	4	5

Você deve circular o número 1 se você não recebeu "nada" de apoio.

Por favor, leia cada questão, veja o que você acha e circule no número e lhe parece a melhor resposta.

		muito ruim	ruim	nem ruim nem boa	boa	muito boa
1	Como você avaliaria sua qualidade de vida?	1	2	3	4	5
		muito insatisfeito	Insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
2	Quão satisfeito(a) você está com a sua saúde?	1	2	3	4	5

As questões seguintes são sobre **o quanto** você tem sentido algumas coisas nas últimas duas semanas.

		nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
3	Em que medida você acha que sua dor (física) impede você de fazer o que você precisa?	1	2	3	4	5
4	O quanto você precisa de algum tratamento médico para levar sua vida diária?	1	2	3	4	5
5	O quanto você aproveita a vida?	1	2	3	4	5
6	Em que medida você acha que a sua vida tem sentido?	1	2	3	4	5
7	O quanto você consegue se concentrar?	1	2	3	4	5

8	Quão seguro(a) você se sente em sua vida diária?	1	2	3	4	5
9	Quão saudável é o seu ambiente físico (clima, barulho, poluição, atrativos)?	1	2	3	4	5

As questões seguintes perguntam sobre **quão completamente** você tem sentido ou é capaz de fazer certas coisas nestas últimas duas semanas.

		nada	muito pouco	médio	muito	Completamente
10	Você tem energia suficiente para seu dia-a-dia?	1	2	3	4	5
11	Você é capaz de aceitar sua aparência física?	1	2	3	4	5
12	Você tem dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades?	1	2	3	4	5
13	Quão disponíveis para você estão as informações que precisa no seu dia-a-dia?	1	2	3	4	5
14	Em que medida você tem oportunidades de atividade de lazer?	1	2	3	4	5

As questões seguintes perguntam sobre **quão bem ou satisfeito** você se sentiu a respeito de vários aspectos de sua vida nas últimas duas semanas.

		muito ruim	ruim	nem ruim nem bom	bom	muito bom
15	Quão bem você é capaz de se locomover?	1	2	3	4	5
		muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
16	Quão satisfeito(a) você está com o seu sono?	1	2	3	4	5
17	Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade de desempenhar as atividades do seu dia-a-dia?	1	2	3	4	5
18	Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade para o trabalho?	1	2	3	4	5
19	Quão satisfeito(a) você está consigo mesmo?	1	2	3	4	5
20	Quão satisfeito(a) você está com suas relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos, colegas)?	1	2	3	4	5
21	Quão satisfeito(a) você está com sua vida sexual?	1	2	3	4	5
22	Quão satisfeito(a) você está com o apoio que você recebe de seus amigos?	1	2	3	4	5

23	Quão satisfeito(a) você está com as condições do local onde mora?	1	2	3	4	5
24	Quão satisfeito(a) você está com o seu acesso aos serviços de saúde?	1	2	3	4	5
25	Quão satisfeito(a) você está com o seu meio de transporte?	1	2	3	4	5

As questões seguintes referem-se a **com que freqüência** você sentiu ou experimentou certas coisas nas últimas duas semanas.

		nunca	algu mas vezes	freqüent emente	muito freqüente mente	se mp re
26	Com que freqüência você tem sentimentos negativos tais como mau humor, desespero, ansiedade, depressão?	1	2	3	4	5

Alguém lhe ajudou a preencher este questionário?

Quanto tempo você levou para preencher este questionário?

Você tem algum comentário sobre o questionário? Utilizar verso.

OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO